Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BR GAAP e IFRS 2024

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em BR GAAP e IFRS

C&A Modas S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

C&A Modas S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais 10
Demonstrações dos resultados 12
Demonstrações dos resultados abrangentes 13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 14
Demonstrações dos fluxos de caixa 15
Demonstrações dos valores adicionados 16
Notas explicativas às demonstrações contábeis 17

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Chamamos atenção à nota explicativa 2.4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas em decorrência da correção de erros e reclassificações, descritos na referida nota explicativa. Em 28 de fevereiro de 2024 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

<u>Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</u>

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$749.523 mil, na controladora, e R$ 735.084 mil, no consolidado, em 31 de dezembro de 2024, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa n° 15.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da

administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários extemporâneos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui créditos tributários extemporâneos relativos a PIS e COFINS no montante de R$804.942 mil, na controladora e consolidado, e de R$107.560 mil, na controladora e consolidado, de créditos de ICMS em decorrência de ações judiciais. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base no plano de monetização de créditos tributários, o qual é embasado em projeções de suas informações financeiras prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de resultados, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções financeiras futuras. As projeções de informações financeiras prospectivas foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa n° 12.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos saldos de créditos extemporâneos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2024 era de R$252.397 mil, na controladora e consolidado, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 26. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram utilizadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R$513.052 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 26.3, não provisionado contabilmente nas demonstrações contábeis dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Envolvemos especialistas em assuntos controversos na análise das provisões reconhecidas e dos processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo suas opiniões com relação ao estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa n° 26 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 26, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação, para o processamento e geração de informações financeiras e contábeis que impactam diretamente as demonstrações contábeis, como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTIs")

implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere à auditoria dos acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; e (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia; e (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Identificamos deficiências nos controles de acesso lógico relacionados a segregação de funções e de mudanças, de gestão de infraestrutura, de concessão de acessos, de revogação de acesso, de alteração de acesso, e de revisão de acesso. As deficiências identificadas alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2024. Levando isto em consideração, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Arrendamento

A Companhia, pela natureza de suas operações, possui elevado volume de contratos de arrendamento das suas lojas. Adicionalmente, durante o exercício, há movimentação relevante nas rubricas relacionadas com os contratos de arrendamento em decorrência de processos de abertura de novas lojas, renovações dos contratos e/ou remensurações de contratos existentes relacionados às lojas em operação devido às mudanças nas condições anteriormente celebradas, assim como baixas de contratos em decorrência de encerramento de lojas. Devido ao volume e peculiaridades de cada negociação ou renegociação realizadas entre a Companhia e Arrendadores, assim como a dependência da Companhia em relação ao sistema que gerencia a base e mensura as alterações de cada contrato, consideramos os arrendamentos de lojas como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos para identificação de contratos de arrendamento ou contratos

que contêm arrendamentos, e das políticas internas adotadas pela diretoria da Companhia para determinação dos ativos e passivos de arrendamento. Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento. Selecionamos uma amostra representativa de contratos para cada natureza de transação que tenha impactado os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações contábeis sobre o assunto.

Conforme mencionamos em nosso parágrafo de ênfase, a diretoria da Companhia identificou erros de exercícios anteriores, e considerando a magnitude e natureza dos valores envolvidos, está reapresentando os valores correspondentes. Realizamos procedimentos complementares sobre os julgamentos e as premissas utilizadas pela diretoria na mensuração dos valores correspondentes do ativo de direito de uso das lojas e do passivo de arrendamento, e concluímos que os cálculos são aceitáveis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa n° 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento sobre as lojas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP034519/O

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP172167/O

C&A Modas S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2024	**2023**	**Em 1º de janeiro 2023**	**2024**	**2023**	**Em 1º de janeiro 2023**
Ativo			Reapresentado(*)	Reapresentado(*)		Reapresentado(*)	Reapresentado(*)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	**1.262.270**	1.130.245	1.627.977	**1.403.225**	1.155.588	1.674.091
Títulos e valores mobiliários	7	**-**	-	8.735	**169.310**	191.587	8.735
Contas a receber	8	**1.076.795**	1.054.865	1.070.239	**1.862.821**	1.778.456	1.278.244
Estoques	11	**1.032.231**	875.238	852.224	**1.032.231**	875.155	852.033
Tributos a recuperar	12	**469.885**	379.126	898.651	**470.354**	388.451	899.434
Derivativos	34.2	**18.255**	721	1.371	**18.255**	721	1.371
Outros ativos	14	**37.186**	51.842	39.257	**37.197**	51.884	39.315
Total do ativo circulante		**3.896.622**	3.492.037	4.498.454	**4.993.393**	4.441.842	4.753.223
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários – FIDC	7	**854.604**	791.352	-	**-**	-	-
Tributos diferidos	15	**544.580**	546.615	429.482	**530.141**	547.087	429.482
Tributos a recuperar	12	**1.127.692**	1.197.839	937.371	**1.127.692**	1.197.839	937.371
Depósitos judiciais	13	**144.935**	151.392	157.381	**144.940**	151.418	157.381
Derivativos	34.2	**6.551**	-	-	**6.551**	-	-
Outros ativos	14	**4.752**	3.238	2.604	**4.752**	3.238	2.604
Total do ativo realizável a longo prazo		**2.683.114**	2.690.436	1.526.838	**1.814.076**	1.899.582	1.526.838
Investimento	16	**187.647**	118.249	48.655	**-**	-	-
Imobilizado	17	**823.714**	763.401	865.545	**823.714**	763.401	865.545
Direito de uso – arrendamento mercantil	20	**1.529.909**	1.655.976	1.765.124	**1.529.909**	1.655.976	1.765.124
Intangível	18	**892.807**	964.493	1.020.702	**892.807**	964.764	1.021.065
Total do ativo não circulante		**6.117.191**	6.192.555	5.226.864	**5.060.506**	5.283.723	5.178.572
Total do ativo		**10.013.813**	9.684.592	9.725.318	**10.053.899**	9.725.565	9.931.795

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2024	2023	Em 1º de janeiro 2023	2024	2023	Em 1º de janeiro 2023
Passivo e patrimônio líquido			Reapresentado (*)	Reapresentado (*)		Reapresentado (*)	Reapresentado (*)
Circulante							
Fornecedores	21	**1.877.357**	1.252.838	1.515.205	**1.889.243**	1.260.976	1.522.069
Obrigações de risco sacado	22	**350.043**	364.709	386.266	**350.043**	364.709	386.266
Empréstimos e debêntures	23	**456.541**	511.427	582.558	**456.541**	511.427	746.015
Arrendamentos	20	**352.734**	337.466	351.549	**352.734**	337.466	351.549
Obrigações trabalhistas	24	**276.780**	230.098	198.732	**279.826**	231.364	198.732
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29	**101.934**	-	-	**101.934**	-	-
Tributos a recolher	25	**373.489**	277.772	245.954	**375.899**	287.249	248.041
Derivativos	34.2	**319**	1.392	1.756	**319**	1.392	1.756
Outros passivos	27	**24.033**	19.789	28.968	**43.733**	40.680	62.941
Total do passivo circulante		**3.813.230**	2.995.491	3.310.988	**3.850.272**	3.035.263	3.517.369
Não circulante							
Fornecedores	21	**218**	551.248	12.570	**218**	551.248	12.570
Empréstimos e debêntures	23	**1.041.472**	1.176.427	1.404.817	**1.041.472**	1.176.427	1.404.817
Arrendamentos	20	**1.474.142**	1.607.046	1.664.153	**1.474.142**	1.607.046	1.664.152
Obrigações trabalhistas	24	**20.310**	18.740	7.370	**20.310**	18.740	7.370
Tributos a recolher	25	**15.389**	12.410	15.863	**15.389**	12.410	15.863
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	**290.012**	287.542	278.842	**293.052**	288.740	278.938
Outros passivos	27	**50.556**	44.616	43.007	**50.556**	44.616	43.007
Total do passivo não circulante		**2.892.099**	3.698.029	3.426.622	**2.895.139**	3.699.227	3.426.717
Total do passivo		**6.705.329**	6.693.520	6.737.610	**6.745.411**	6.734.490	6.944.086
Patrimônio líquido							
Capital social	28	**1.847.177**	1.847.177	1.847.177	**1.847.177**	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria		**(34.365)**	(8.498)	(6.778)	**(34.365)**	(8.498)	(6.778)
Reserva de capital		**49.287**	49.879	37.641	**49.287**	49.879	37.641
Reserva de lucros		**1.439.134**	1.103.100	1.109.922	**1.439.134**	1.103.100	1.109.922
Resultados abrangentes		**7.251**	(586)	(254)	**7.251**	(586)	(254)
Total participação de controladores		**3.308.484**	2.991.072	2.987.708	**3.308.484**	2.991.072	2.987.708
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	-	**4**	3	1
Total do patrimônio líquido		**3.308.484**	2.991.072	2.987.708	**3.308.488**	2.991.075	2.987.709
Total do passivo e do patrimônio líquido		**10.013.813**	9.684.592	9.725.318	**10.053.899**	9.725.565	9.931.795

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023 Reapresentado(*)	2024	2023 Reapresentado(*)
Receita líquida	30	**7.304.317**	6.481.200	**7.636.539**	6.719.317
Venda de mercadorias e serviços		**7.196.456**	6.376.470	**7.195.564**	6.362.725
Produtos e serviços financeiros		**107.861**	104.730	**440.975**	356.592
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	31	**(3.459.741)**	(3.196.478)	**(3.459.970)**	(3.197.049)
Venda de mercadorias e serviços		**(3.459.466)**	(3.196.073)	**(3.459.382)**	(3.195.966)
Produtos e serviços financeiros		**(275)**	(405)	**(588)**	(1.083)
Lucro bruto		**3.844.576**	3.284.722	**4.176.569**	3.522.268
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	31	**(2.324.746)**	(2.102.493)	**(2.355.001)**	(2.180.332)
Gerais e administrativas	31	**(885.982)**	(783.190)	**(887.313)**	(785.479)
Perdas em créditos, líquida	8.6	**-**	-	**(202.442)**	(223.878)
Equivalência patrimonial	16	**35.132**	(5.590)	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	**77.613**	66.362	**77.432**	66.106
Lucro antes do resultado financeiro		**746.593**	459.811	**809.245**	398.685
Resultado de variação cambial		**(13.281)**	1.980	**(13.281)**	1.980
Despesas financeiras		**(599.721)**	(696.749)	**(555.044)**	(654.565)
Receitas financeiras		**254.381**	184.087	**263.567**	198.745
Resultado FIDC C&A Pay		**106.753**	(4.648)	**-**	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		**-**	-	**8.432**	7.068
Resultado financeiro	32	**(251.868)**	(515.330)	**(296.326)**	(446.772)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		**494.725**	(55.519)	**512.919**	(48.087)
Impostos sobre o lucro/(prejuízo)	15	**(42.248)**	48.697	**(60.441)**	41.267
Lucro/(prejuízo) do exercício		**452.477**	(6.822)	**452.478**	(6.820)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				1	2
Controladores				452.477	(6.822)
Lucro/(prejuízo) básico por ação – em R$	37			**1,4839**	(0,0223)
Lucro/(prejuízo) básico por ação diluído - em R$	37			**1,4682**	(0,0223)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
			Reapresentado(*)		Reapresentado(*)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		**452.477**	(6.822)	**452.478**	(6.820)
Outros resultados abrangentes:					
Resultados com derivativos		**12.357**	(286)	**12.357**	(286)
Outros resultados abrangentes	(a)	**(318)**	(144)	**(318)**	(144)
Efeitos tributários		**(4.201)**	97	**(4.201)**	97
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos		**7.838**	(333)	**7.838**	(333)
Total do resultado abrangente					
Atribuível aos acionistas:		**460.315**	(7.155)	**460.316**	(7.153)
Não controladores				1	2
Controladores				**460.315**	(7.155)
				460.316	(7.153)

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.
(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$)

				Reserva de capital		Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes				
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investi-mento	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total controla-dores	Partici-pação de não contro-ladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023		1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	65.092	75.720	12.341	969.256	(254)	-	3.000.195	1	3.000.196
Ajustes para correção de erros, líquidos dos impostos		-	-	-	-	-	-	-	(12.487)	-	-	(12.487)	-	(12.487)
Em 1º de janeiro de 2023 – Reapresentado(*)		1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	65.092	75.720	12.341	956.769	(254)	-	2.987.708	1	2.987.709
Instrumentos patrimoniais outorgados – Remuneração baseada em ações	11	-	-	-	12.238	-	-	-	-	-	-	12.238	-	12.238
Recompra de ações		-	(1.720)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.720)	-	(1.720)
Destinação do resultado:														
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.822)	(6.822)	2	(6.820)
Reserva legal		-	-	-	-	116	-	-	-	-	(116)	-	-	-
Reserva para investimentos		-	-	-	-	-	-	-	(9.157)		9.157	-		
Reserva de incentivos fiscais	29.8	-	-	-	-	-	-	2.219	-	-	(2.219)	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(332)	-	(332)	-	(332)
Em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado(*)		1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	65.208	75.720	14.560	947.612	(586)	-	2.991.072	3	2.991.075
Instrumentos patrimoniais outorgados – Remuneração baseada em ações	11	**-**	**-**	**-**	**13.358**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.358**	**-**	**13.358**
Recompra de ações		**-**	**(32.364)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(32.364)**	**-**	**(32.364)**
Opções de ações exercidas (i)		**-**	**6.497**	**-**	**(13.950)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.453)**	**-**	**(7.453)**
Destinação do resultado:		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**452.477**	**452.477**	**1**	**452.478**
Reserva legal		**-**	**-**	**-**	**-**	**22.623**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(22.623)**	**-**	**-**	**-**
Reserva para investimentos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**291.293**	**-**	**(291.293)**			
Reserva de incentivos fiscais	29.8	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**22.117**	**-**	**-**	**(22.117)**	**-**	**-**	**-**
Juros sobre capital próprio	30	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(105.000)**	**(105.000)**	**-**	**(105.000)**
Dividendos	30	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(11.444)**	**(11.444)**	**-**	**(11.444)**
Outros resultados abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.837**	**-**	**7.837**	**-**	**7.837**
Em 31 de dezembro de 2024		**1.847.177**	**(34.365)**	**10.516**	**38.771**	**87.831**	**75.720**	**36.677**	**1.238.905**	**7.251**	**-**	**3.308.483**	**4**	**3.308.487**

(i) Em março de 2024 foram exercidas as opções de compras das ações do plano de remuneração PSU 2021 (vide movimentação na nota 10).
(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais			Reapresentado (*)		Reapresentado (*)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		**494.725**	(55.519)	**512.919**	(48.087)
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa:					
Constituição de perdas de crédito esperadas	8.5	**326**	2.155	**198.678**	233.482
Ajuste a valor presente do contas a receber, estoques e fornecedores		**(2.338)**	(3.815)	**(2.338)**	(3.815)
Despesas com remuneração baseada em ações	10	**13.358**	12.238	**13.358**	12.238
Constituição de perdas nos estoques	11.3	**95.406**	78.027	**95.406**	78.027
Ganho/Reconhecimento de processos tributários	12.2.1.4	**(284.913)**	(67.821)	**(284.913)**	(67.821)
Equivalência patrimonial	16.2	**(35.132)**	5.590	**-**	-
Depreciação e amortização	17.3 e 18.3	**349.043**	366.213	**349.043**	366.307
Constituição (Reversão) de perdas por redução ao valor recuperável	19.2	**21.865**	(2.470)	**21.865**	(2.470)
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível		**11.829**	9.411	**12.100**	9.411
Amortização do direito de uso	20.4	**358.647**	380.964	**358.647**	380.964
Baixa de passivo de arrendamento	20.4	**(14.730)**	(9.015)	**(14.730)**	(9.015)
Juros sobre arrendamentos	20.4	**185.061**	191.708	**185.061**	191.708
Despesas com empréstimos e debêntures	23.4	**204.123**	259.810	**204.123**	260.609
Juros com fornecedores	32	**69.160**	70.570	**69.160**	70.570
Operações com derivativos		**(12.801)**	-	**(12.801)**	-
Constituição de perdas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**35.091**	27.100	**39.075**	28.201
Atualização de depósitos judiciais		**(9.544)**	(9.590)	**(9.544)**	(9.590)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários		**-**	(322)	**(18.297)**	1.286
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		**(21.273)**	21.034	**(282.794)**	(725.883)
Estoques		**(250.365)**	(105.932)	**(250.448)**	(106.040)
Tributos a recuperar		**264.299**	326.878	**273.155**	318.335
Outros créditos		**13.142**	(13.219)	**13.172**	(13.202)
Títulos e valores mobiliários		**(63.252)**	(782.295)	**40.573**	(184.138)
Depósitos judiciais		**16.001**	15.579	**16.022**	15.552
Fornecedores		**(64.285)**	226.254	**(60.537)**	227.527
Obrigações de risco sacado		**(14.666)**	(21.557)	**(14.666)**	(21.557)
Obrigações trabalhistas		**42.013**	42.736	**43.793**	44.002
Outros passivos		**(2.292)**	(7.753)	**(3.480)**	(20.970)
Processos tributários, cíveis e trabalhistas		**(32.621)**	(18.399)	**(34.763)**	(18.399)
Tributos a pagar		**93.924**	(13.918)	**87.485**	(12.965)
Impostos de renda e contribuição social pagos		**(55.366)**	(26.055)	**(59.277)**	(27.521)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		**1.404.435**	898.587	**1.485.047**	966.746
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	17	**(155.493)**	(74.161)	**(155.493)**	(74.161)
Aquisição de intangível	18	**(136.342)**	(161.803)	**(136.343)**	(161.805)
Aumento (redução) de capital em controlada		**(35.000)**	(75.328)	**-**	-
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		**74**	1.543	**74**	1.543
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento		**(326.761)**	(309.749)	**(291.762)**	(234.423)
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos e emissão de debêntures	23	**745.963**	250.000	**745.963**	381.372
Custos de transação de empréstimos/debêntures	23	**(8.721)**	(4.183)	**(8.721)**	(4.983)
Pagamento do principal dos empréstimos	23	**(955.424)**	(452.500)	**(955.424)**	(745.429)
Pagamento de juros sobre empréstimos	23	**(175.781)**	(352.648)	**(175.781)**	(354.547)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	20	**(519.321)**	(525.519)	**(519.321)**	(525.519)
Recompra de ações	28.3	**(32.364)**	(1.720)	**(32.364)**	(1.720)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		**(945.648)**	(1.086.570)	**(945.648)**	(1.250.826)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**132.025**	(497.732)	**247.637**	(518.503)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.130.245**	1.627.977	**1.155.588**	1.674.091
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.262.270**	1.130.245	**1.403.225**	1.155.588

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas		Reapresentado (*)		Reapresentado (*)
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	9.667.191	8.513.173	9.989.564	8.762.145
Outras receitas operacionais	146.273	69.012	147.515	63.210
Provisão, reversão e perda de recebíveis	260	1.478	(202.182)	(222.399)
	9.813.724	8.583.663	**9.934.897**	8.602.956
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod. merc. e serv. Vendidos	(3.325.750)	(3.087.933)	(3.310.188)	(3.087.825)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(1.160.125)	(936.568)	(1.177.339)	(990.650)
Provisão, reversão e perda de outros ativos	(144.559)	(91.108)	(144.745)	(91.108)
	(4.630.434)	(4.115.609)	**(4.632.272)**	(4.169.583)
Valor adicionado bruto	**5.183.290**	4.468.054	**5.302.625**	4.433.373
Depreciação e amortização	(349.042)	(367.559)	(349.127)	(367.653)
Depreciação do direito de uso	(358.647)	(380.964)	(358.647)	(380.964)
Retenções	**(707.689)**	(748.523)	**(707.774)**	(748.617)
Valor adicionado líquido produzido	**4.475.601**	3.719.531	**4.594.851**	3.684.756
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	35.132	(5.590)	-	-
Receitas financeiras	406.905	202.514	320.739	232.247
	442.037	196.924	**320.739**	232.247
Valor adicionado total a distribuir	**4.917.638**	3.916.455	**4.915.590**	3.917.003
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**1.006.983**	901.293	**1.019.973**	926.850
Remuneração direta	757.883	657.645	768.077	680.168
Benefícios	152.174	147.664	152.950	148.041
F.G.T.S.	60.749	55.496	61.188	55.811
Outros	36.177	40.488	37.758	42.830
Impostos, Taxas e contribuições	**2.573.830**	2.128.864	**2.603.145**	2.146.254
Federais	849.856	676.971	876.943	698.370
Estaduais	1.660.780	1.386.849	1.662.019	1.381.046
Municipais	63.194	65.044	64.183	66.838
Remuneração de capitais de terceiros	**884.348**	893.120	**839.994**	850.721
Aluguéis	229.773	195.049	229.773	195.049
Despesas financeiras	654.575	698.071	610.221	655.672
Remuneração de capitais próprios	**452.477**	(6.822)	**452.478**	(6.820)
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	116.444	-	116.444	-
Lucros/(prejuízos) retidos	336.033	(6.822)	336.033	(6.822)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	1	2
Distribuição do valor adicionado	**4.917.638**	3.916.455	**4.915.590**	3.917.005

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Controladora") tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 45,75% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como "Grupo" ou "Consolidado", desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

I. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 332 lojas (334 lojas em 31 de dezembro de 2023), abastecidas por 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 1 operação logística. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.4. Representação das demonstrações contábeis para correção de erros

Durante o exercício de 2024 a Administração identificou a necessidade de reapresentar determinados valores de suas demonstrações contábeis, bem como a oportunidade de melhorar sua apresentação e, visando atender ao conceito de comparabilidade trazido pelo CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, refletiu esses ajustes sobre os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2023. Os ajustes realizados foram:

Com impacto no resultado:

a) A Companhia realizou revisão de 100% das informações constantes na base de controle de contratos de arrendamento, vis-a-vis ao que foi acordado nos respectivos contratos de arrendamento e, após identificar divergências relacionadas com taxas incrementais, prazos de pagamento e de valores de aluguéis apurou os devidos ajustes de saldos para fins de atendimento às normas contábeis vigentes. Como resultado, foi necessário retroagir alguns contratos ao início de sua vigência. Dessa forma, foi realizada a correção dos valores de direito de uso e do passivo de arrendamento, da despesa de amortização, juros e despesa de aluguel. Como efeito dos ajustes, a Companhia recalculou os impostos diferidos, cujo impacto também está sendo demonstrado no quadro abaixo.

   Este ajuste teve impacto no Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos resultados abrangentes, Demonstração da mutação do patrimônio líquido, Demonstração do valor adicionado, Demonstração dos fluxos de caixa e nota explicativa de Arrendamentos (Nota 20).

Sem impacto no resultado:

b) Os depósitos judiciais eram apresentados como redutores do passivo de provisão para contingências quando vinculados as matérias de exigibilidade suspensa. Para melhor apresentação, os depósitos foram reclassificados e passaram a ser apresentados separadamente como ativo financeiro não circulante.

   Este ajuste teve impacto somente no Balanço patrimonial e nota explicativa de Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

c) As transações com partes relacionadas que eram apresentadas em contas específicas no balanço patrimonial, foram reclassificadas para as contas que refletem a natureza das operações, para uma melhor apresentação dos saldos. O detalhamento das operações com partes relacionadas está demonstrado na nota explicativa 9.

   Este ajuste teve impacto no Balanço patrimonial, Demonstração dos fluxos de caixa e nota explicativa de Partes Relacionadas (Nota 9).

d) Alteração na Demonstração dos fluxos de caixas, referente aos juros incorridos e não pagos sobre fornecedores que eram apresentados na rubrica de "fornecedores" na linha ativos e passivos e foram reclassificados para a rubrica "juros com fornecedores".

e) Ao revisitar os cálculos para a determinação de redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*), foi identificado que, para a loja Iguatemi, a metodologia de avaliação considerava essa loja uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) independente. Entendemos que, por se tratar de uma loja com função estratégica para o Grupo, essa loja deveria ser considerada como um ativo corporativo. Como os ativos sujeitos ao *impairment* dessa loja eram antigos e já estavam 100% depreciados, reclassificamos o valor anteriormente registrado como *impairment* para a depreciação acumulada, sem efeito no resultado.

Este ajuste teve impacto somente na nota Imobilizado e redução ao valor recuperável. (Notas 17 e 18).

2.4.1. Balanço Patrimonial

	Ajuste	Controladora			Consolidado		
		Em 1º de janeiro 2023			Em 1º de janeiro 2023		
		Divulgado	Ajustes	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajustes	Reapresentado (*)
Ativo							
Circulante							
Contas a receber	(c)	1.065.961	4.279	1.070.240	1.278.206	38	1.278.244
Partes relacionadas	(c)	4.335	(4.335)	-	95	(95)	-
Outros Ativos - CP	(c)	39.200	56	39.256	39.259	57	39.316
Total do ativo circulante		**4.498.454**	**-**	**4.498.454**	**4.753.223**	**-**	**4.753.223**
Realizável a longo prazo							
Tributos diferidos	(a)	423.049	6.433	429.482	423.049	6.433	429.482
Partes relacionadas	(c)	76	(76)	-	76	(76)	-
Depósitos judiciais	(b)	61.290	96.091	157.381	61.290	96.091	157.381
Outros Ativos - LP	(c)	2.528	76	2.604	2.528	76	2.604
Total do ativo realizável a longo prazo		**1.424.314**	**102.524**	**1.526.838**	**1.424.314**	**102.524**	**1.526.838**
Arrendamento Mercantil	(a)	1.565.447	199.677	1.765.124	1.565.447	199.677	1.765.124
Total do ativo		**9.423.117**	**302.201**	**9.725.317**	**9.629.594**	**302.200**	**9.931.794**
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	(c)	1.466.548	48.656	1.515.204	1.478.387	43.682	1.522.069
Arrendamento Mercantil CP	(a)	513.238	(161.690)	351.548	513.238	(161.690)	351.548
Partes relacionadas	(c)	48.567	(48.567)	-	43.592	(43.592)	-
Outros Passivos CP	(a) e (c)	29.733	(764)	28.969	63.704	(763)	62.941
Total do passivo circulante		**3.473.352**	**(162.365)**	**3.310.987**	**3.679.731**	**(162.363)**	**3.517.368**
Não circulante							
Arrendamento - LP	(a)	1.275.974	388.179	1.664.153	1.275.974	388.179	1.664.153
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis e trabalhistas	(b)	182.750	96.092	278.842	182.847	96.091	278.938
Outros Passivos LP	(a)	50.226	(7.219)	43.007	50.226	(7.219)	43.007
Total do passivo não circulante		**2.949.570**	**477.051**	**3.426.621**	**2.949.667**	**477.050**	**3.426.717**
Total do passivo		**6.422.922**	**314.686**	**6.737.608**	**6.629.398**	**314.687**	**6.944.085**
Patrimônio líquido							
Reserva De Lucro	(a)	1.122.409	(12.486)	1.109.923	1.122.409	(12.486)	1.109.923
Total do patrimônio líquido		**3.000.195**	**(12.486)**	**2.987.709**	**3.000.196**	**(12.486)**	**2.987.709**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**9.423.117**	**302.200**	**9.725.317**	**9.629.594**	**302.200**	**9.931.794**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

		Controladora			Consolidado		
		2023			2023		
	Ajuste	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Ativo							
Contas a receber	(c)	1.054.599	266	1.054.865	1.778.421	35	1.778.456
Partes relacionadas	(c)	323	(323)	-	92	(92)	-
Outros ativos	(c)	51.785	57	51.842	51.827	57	51.884
Total do ativo circulante		**3.492.037**	**-**	**3.492.037**	**4.441.842**	**-**	**4.441.842**
Tributos diferidos	(a)	535.488	11.128	546.615	535.959	11.128	547.087
Partes relacionadas	(c)	19	(19)	-	19	(19)	-
Depósitos judiciais	(b)	47.641	103.750	151.392	47.668	103.750	151.418
Outros ativos	(c)	3.219	19	3.238	3.219	19	3.238
Total do ativo realizável a longo prazo		**2.575.558**	**114.878**	**2.690.436**	**1.784.704**	**114.878**	**1.899.582**
Direito de uso – arrendamento mercantil	(a)	1.462.945	193.031	1.655.976	1.462.945	193.031	1.655.976
Total do ativo não circulante		**5.884.646**	**307.910**	**6.192.555**	**4.975.814**	**307.910**	**5.283.723**
Total do ativo		**9.376.683**	**307.910**	**9.684.592**	**9.417.656**	**307.910**	**9.725.565**
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	(c)	1.172.988	79.850	1.252.838	1.189.225	71.751	1.260.976
Arrendamentos	(a)	501.642	(164.176)	337.466	501.642	(164.176)	337.466
Partes relacionadas	(c)	79.760	(79.760)	-	71.661	(71.661)	-
Outros passivos	(a) e (c)	20.571	(782)	19.789	41.462	(782)	40.679
Total do passivo circulante		**3.160.359**	**(164.868)**	**2.995.491**	**3.200.131**	**(164.868)**	**3.035.262**
Não circulante							
Arrendamentos	(a)	1.209.781	397.265	1.607.046	1.209.781	397.265	1.607.046
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(b)	183.791	103.751	287.542	184.989	103.751	288.740
Outros passivos	(a)	51.211	(6.595)	44.616	51.211	(6.595)	44.616
Total do passivo não circulante		**3.203.608**	**494.421**	**3.698.029**	**3.204.806**	**494.421**	**3.699.227**
Total do passivo		**6.363.967**	**329.553**	**6.693.520**	**6.404.937**	**329.553**	**6.734.489**
Patrimônio líquido			-	-		-	-
Reserva de lucros	(a)	1.124.744	(21.644)	1.103.100	1.124.744	(21.644)	1.103.100
Total do patrimônio líquido		**3.012.716**	**(21.644)**	**2.991.072**	**3.012.719**	**(21.644)**	**2.991.075**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**9.376.683**	**307.910**	**9.684.592**	**9.417.656**	**307.910**	**9.725.565**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

2.4.2. Demonstração do Resultado

		Controladora			Consolidado		
		2023			2023		
	Ajuste	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
(Despesas) e receitas operacionais:							
Vendas	(a)	(2.106.144)	3.651	(2.102.493)	(2.183.983)	3.651	(2.180.332)
Gerais e administrativas	(a)	(783.776)	587	(783.189)	(786.065)	587	(785.478)
Lucro antes do resultado financeiro		**455.574**	**4.238**	**459.812**	**394.448**	**4.238**	**398.686**
Despesas financeiras	(a)	(678.660)	(18.089)	(696.749)	(636.476)	(18.089)	(654.565)
Resultado financeiro		**(497.241)**	**(18.089)**	**(515.330)**	**(428.683)**	**(18.089)**	**(446.772)**
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(a)	**(41.667)**	(13.852)	**(55.519)**	**(34.235)**	(13.852)	**(48.087)**
Impostos sobre o lucro	(a)	**44.002**	- 4.695	**48.697**	**36.572**	- 4.695	**41.267**
Lucro líquido do exercício	(a)	**2.335**	**(9.157)**	**(6.822)**	**2.337**	**(9.157)**	**(6.820)**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

2.4.3. Demonstração dos resultados abrangentes

		Controladora			Consolidado		
		2023			2023		
	Ajuste	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Lucro líquido do exercício	(a)	2.335	(9.157)	(6.822)	2.337	(9.157)	(6.820)
Total do resultado abrangente		**2.003**	**(9.159)**	**(7.155)**	**2.005**	**(9.157)**	**(7.153)**
Atribuível aos acionistas:							
Não controladores					2	-	2
Controladores					2.003	(9.157)	(7.155)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

2.4.4. Demonstração da mutação do patrimônio líquido

				Reserva de capital			Outros resultados abrangentes				
	Ajuste	**Capital social**	**Ações em tesouraria**	**Reserva de capital**	**Outras reservas de capital**	**Reservas de lucros**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total controla-dores**	**Partici-pação de não contro-ladores**	**Total do patrimônio líquido**
Em 1º de janeiro de 2023	(a)	1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	1.122.409	(254)	-	3.000.195	1	3.000.196
Ajustes para correção de erros, líquidos dos impostos	(a)	-	-	-	-	(12.487)	-		(12.487)	-	(12.487)
Em 1º de janeiro de 2023 – Reapresentado (*)		1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	1.109.922	(254)		2.987.708	1	2.987.709
Instrumentos patrimoniais outorgados – Remuneração baseada em ações		-	-	-	12.238	-	-	-	12.238	-	12.238
Recompra de ações		-	(1.720)	-	-	-	-	-	(1.720)	-	(1.720)
Destinação do resultado:											
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(6.822)	(6.822)	-	(6.822)
Reserva legal		-	-	-	-	116	-	(116)	-	-	-
Reserva para investimentos		-	-	-	-	(9.157)	-	9.157	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	2.219	-	(2.219)	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(332)	-	(332)	-	(332)
Em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado (*)		1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	1.103.100	(586)	-	2.991.072	3	2.991.075

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

2.4.5. Demonstração do valor adicionado

	Ajuste	Controladora 2023			Consolidado 2023		
		Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Retenções	(a)	(740.978)	(7.545)	(748.523)	(741.072)	(7.545)	(748.617)
Valor adicionado líquido produzido		**3.727.076**	**(7.545)**	**3.719.531**	**3.689.678**	**(4.922)**	**3.684.756**
Valor adicionado total a distribuir		**3.924.000**	**(7.545)**	**3.916.455**	**3.921.925**	**(4.922)**	**3.917.003**
Distribuição do valor adicionado							
Impostos, Taxas e contribuições	(a)	2.133.020	(4.156)	2.128.864	2.150.410	(4.156)	2.146.254
Remuneração de capitais de terceiros	(a)	887.352	5.768	893.120	844.953	5.768	850.721
Remuneração de capitais próprios	(a)	2.335	(9.157)	(6.822)	2.335	(9.157)	(6.822)
Distribuição do valor adicionado		**3.924.000**	**(7.545)**	**3.916.455**	**3.921.923**	**(4.920)**	**3.917.003**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

2.4.6. Demonstração dos fluxos de caixa

	Ajuste	Controladora 2023			Consolidado 2023		
		Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Atividades operacionais							
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		(41.667)	(13.852)	(55.519)	(34.235)	(13.852)	(48.087)
Amortização do direito de uso	(a)	373.419	7.545	380.964	373.419	7.545	380.964
Baixa de arrendamento	(a)	(2.582)	(6.433)	(9.015)	(2.582)	(6.433)	(9.015)
Juros sobre arrendamentos	(a)	173.079	18.629	191.708	173.079	18.629	191.708
Juros com fornecedores	(d)	-	70.570	70.570	-	70.570	70.570
Variações nos ativos e passivos:							
Contas a receber de clientes	(c)	17.021	4.013	21.034	-	-	-
Partes relacionadas	(c)	35.264	(35.264)	-	28.129	(28.129)	-
Outros créditos	(c)	(13.276)	57	(13.219)	(13.259)	57	(13.202)
Fornecedores	(c) e (d)	265.630	(39.376)	226.254	270.028	(42.501)	227.527
Outros passivos	(a)	(8.359)	606	(7.753)	(21.578)	609	(20.969)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		**892.092**	**6.495**	**898.587**	**960.251**	**6.495**	**966.746**
Atividades de financiamento							
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	(a)	(519.024)	(6.495)	(525.519)	(519.024)	(6.495)	(525.519)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		**(1.080.075)**	**(6.495)**	**(1.086.570)**	**(1.244.331)**	**(6.495)**	**(1.250.826)**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**(497.732)**	**-**	**(497.732)**	**(518.503)**	**-**	**(518.503)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**1.627.977**	**-**	**1.627.977**	**1.674.091**	**-**	**1.674.091**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**1.130.245**	**-**	**1.130.245**	**1.155.588**	**-**	**1.155.588**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

2.4.7. Redução do Valor Recuperável (*Impairment*)

Natureza	Ajuste	Teste de recuperabilidade 2023		
		Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Imobilizado	(e)	(15.038)	(13.692)	(1.346)
Total		**(15.038)**	**(13.962)**	**(1.346)**

2.4.8. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Ajuste	Depreciação acumulada 2023			Red. Valor Recuperável 2023		
		Divulgado	Ajuste	Reapre-sentado	Divulgado	Ajuste	Reapre-sentado
Máquinas e equipamentos	(e)	(119.650)	(1.272)	(120.922)	(1.272)	1.272	-
Móveis e utensílios	(e)	(363.248)	(1.606)	(364.854)	(1.606)	1.606	-
Equipamentos de Informática	(e)	(214.179)	(276)	(214.455)	(276)	276	-
Benfeitorias	(e)	(1.025.050)	(10.538)	(1.035.588)	(11.884)	10.538	(1.346)
		(1.724.003)	**(13.692)**	**(1.737.695)**	**(15.038)**	**13.692**	**(1.346)**

3. Base de consolidação

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todas as transações e saldos entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia, de suas controladas e do fundo de investimento FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a única titular das cotas e está exposta aos riscos e benefícios do fundo.

	Controladas Diretas			Controladas Indiretas	Fundo de Investimento
Participação	**Orion**	**Moda Lab**	**C&A Pay Holding**	**C&A Pay SCD**	**C&A Pay FIDC**
2024	99,99%	-	99,99%	99,99%	100,00%
2023	99,99%	90,00%	99,99%	99,99%	100,00%

3.1. Orion Instituição de Pagamento S.A. ("Orion")

A Orion Instituição de Pagamento S.A tem como objeto social a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento.

3.2. Moda Lab Ltda. ("Moda Lab")

A empresa Moda Lab Ltda. encerrou as atividades em novembro de 2024 e teve como objeto social a confecção de artigos de vestuários fabricados por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda da controladora e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos.
Em 31 de dezembro de 2024 a Moda Lab não possuía nenhum saldo a receber ou a pagar com as demais empresas do Grupo ou com terceiros. A Administração determinou o encerramento da empresa e a liquidação em 07 de novembro de 2024, sendo que no processo de liquidação, seu capital social foi devolvido aos sócios.

3.3. C&A Pay Holding Financeira Ltda ("C&A Pay Holding")

Em 27 de dezembro de 2022 foi constituída a Empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador.

3.4. C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("C&A Pay SCD")

Em 30 de dezembro de 2022 a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. recebeu autorização do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador. Esta Companhia passou a operar em 02 de maio de 2023.

3.5. C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados ("C&A Pay FIDC")

Em 02 de maio de 2023 foi iniciada a operação de um FIDC (C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados), em que a C&A Modas é a única cotista. O FIDC adquiriu inicialmente a carteira do C&A Pay que estava na Orion Instituição de Pagamento. A partir de maio de 2023, a gestão e concessão de crédito do C&A Pay foram transferidas para a SCD C&A Pay, que passou a originar os ativos e ceder para o FIDC.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações contábeis. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas.

(a) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como circulante ou não circulante

A IAS 1 exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório.
As mudanças implementadas na IAS 1 especificam que as cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo avaliou as alterações na norma e concluiu que não há impacto uma vez que não há risco de quebra de cláusulas de *covenants*.

4.2. Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes

(a) Norma IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima

Em outubro de 2023, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 193 sobre divulgação de informações financeiras de sustentabilidade. A IFRS S1 exige informações sobre riscos e oportunidades sustentáveis, enquanto a IFRS S2 foca em aspectos climáticos.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção antecipada da norma.

(b) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Essa norma promove uma melhora na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, oferecendo aos investidores uma análise mais transparente e comparável sobre o desempenho das empresas. As principais alterações incluem:

I. Introdução de novas categorias e subtotais no Demonstrativo de Resultados (DRE) abrangendo as áreas operacionais, de investimento e de financiamento;
II. Exigência de notas explicativas sobre métricas não GAAP, como EBITDA;
III. Apresentação detalhada das despesas operacionais, classificadas por natureza.

A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Estamos atualmente avaliando os possíveis impactos dessa mudança.

(c) CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Em setembro de 2024, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 211 que torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução.

O normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 118, e estamos avaliando seus impactos.

(d) ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Separadas e Consolidadas

A Resolução CVM nº 212, publicada em setembro de 2024, torna obrigatória a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para companhias abertas, aplicável a demonstrações contábeis individuais, separadas e consolidadas.

A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogando a Resolução CVM 124. Ela visa garantir consistência e transparência nas práticas contábeis, além de alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais. Estamos atualmente avaliando seus impactos.

(e) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

O normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e não terá impacto em nossas demonstrações.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
(b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
(c) perdas estimadas de créditos;
(d) perdas estimadas em estoques;
(e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;

(f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
(g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
(h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
(i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
(j) incentivos de curto e longo prazo – estimativa de atingimento de metas e precificação considerando modelos matemáticos (Monte Carlo);
(k) pagamentos com base em ações; e
(l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

A mensuração da provisão para os processos massificados cíveis e trabalhistas é obtida através da aplicação da média histórica de valores gastos e percentual de perda, considerando a fase em que o processo de se encontra. Processos em fase de execução são provisionados pelo valor atualizado da causa, com base no cálculo dos assessores jurídicos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Política contábil material

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa		**5.368**	5.040	**5.368**	5.040
Bancos		**23.879**	65.943	**146.288**	72.713
Equivalentes de caixa:					
Conta remunerada	**2% a 10 % do CDI**	**75.993**	51.758	**76.037**	52.697
Certificado de depósito bancário (*)	**96% a 103,75% do CDI**	**1.157.030**	1.007.504	**1.175.532**	1.025.138
		1.262.270	1.130.245	**1.403.225**	1.155.588

(*) Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI's"), podem ser resgatados a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

7. Títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil material

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso do Grupo.

7.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (*)	SELIC	100%	-	-	160.704	145.068
FIDC – C&A Pay		100%	854.604	791.352	-	-
Fundo de investimento renda fixa			-	-	8.606	46.519
			854.604	791.352	169.310	191.587
Ativo circulante			-	-	169.310	191.587
Ativo não circulante			854.604	791.352	-	-

(*) A Companhia possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

7.3. FIDC C&A Pay

Em 02 de maio de 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 175/2022 e demais disposições legais regularmente aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2024 a totalidade das cotas emitidas pelo fundo é de titularidade da C&A.

A seguir está representada a estrutura de patrimônio do FIDC C&A Pay, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Série única	% PL do fundo	Quantidade	Valor da cota	Valor
2024	100,00%	986.342	0,9542	941.213
2023	100,00%	978.706	0,8452	827.251

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	**117.035**	4.817
Aplicações financeiras	**10.374**	54.102
Contas a receber	**868.190**	805.156
Outros créditos	**8.407**	50
Total do ativo	**1.004.006**	**864.125**
Passivo e patrimônio líquido		
Contas a pagar	**62.793**	36.874
Patrimônio líquido	**941.213**	827.251
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.004.006**	**864.125**

7.3.1. Conciliação Patrimônio líquido do FIDC x Patrimônio líquido FIDC consolidado

	2024	2023
Patrimônio líquido FIDC	**941.213**	**827.251**
Perdas esperada de créditos CPC48/IFRS 9	**(24.380)**	(21.097)
Ajuste a valor presente	**(14.901)**	(14.008)
Ajustes de consolidação (*)	**(47.328)**	(794)
Patrimônio líquido FIDC - Consolidado	**854.604**	**791.352**

(*) Os ajustes de consolidação são compostos basicamente pela diferença da receita de juros registradas no FIDC, decorrente do efeito do ágio e deságio na operação de cessão de recebíveis. Durante o ano de 2023 a SCD C&A Pay cedeu ao FIDC a carteira das operações parceladas com juros com acréscimo de ágio e a carteira das operações parceladas sem juros com aplicação de um deságio. A partir de 2024, a carteira das operações parceladas com juros é cedida a valor de face, e a carteira parcelada sem juros, com deságio. Isto faz com a receita de juros seja maior no FIDC se comparada à operação original com cliente. Pelo fato do ágio e deságio se tratarem de operações intragrupo, seus efeitos são eliminados na consolidação.

O resultado do FIDC é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa n° 489, de 14 de janeiro de 2011, da CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios. Para as demonstrações contábeis, a apuração de receita e perdas de créditos estão sendo apuradas de acordo com as normas do IFRS/CPC e políticas contábeis do Grupo.

8. Contas a receber

8.1. Política contábil material

As contas a receber englobam os valores devidos pela venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e cartão digital próprio através do C&A Pay. As contas a receber são apresentadas a valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas conforme as diretrizes do CPC48/IFRS-9.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data-base das demonstrações contábeis com base em taxas de mercado associadas a spread de risco da Companhia. As taxas médias utilizadas em 31 de dezembro de 2024 foram 0,97% a.m. (2023: 0,93% a.m.), sendo que a realização é registrada como receita de vendas. Essas taxas podem variar ao longo do tempo com base nas condições do cenário econômico, impactando diretamente o ajuste a valor presente. A Administração considera essas variações na definição das taxas, ajustando as provisões de perdas esperadas conforme necessário.

8.2. Renegociação de Créditos

O Grupo adota políticas de renegociação de créditos para clientes com dificuldades de pagamento, que permitem ajustar os termos de pagamento de acordo com o perfil de crédito do cliente. Essas renegociações afetam diretamente o provisionamento de perdas esperadas, uma vez que os clientes são congelados nas faixas de atraso nas quais se encontram. As operações renegociadas são mensuradas de maneira diferenciada, considerando o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado.
A perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos, com base nas revisões periódicas dos cenários macroeconômicos.

8.3. Composição das contas a receber

A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadoras de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	**2023**	**2024**	**2023**
			Reapresentado (*)		Reapresentado (*)
Operadoras de cartão		**997.842**	958.344	**997.842**	958.344
Cartão C&A Pay – partes relacionadas	(a)	**53.276**	60.511	**-**	-
Cartão C&A Pay – terceiros		**-**	-	**1.225.708**	963.020
Ajuste a valor presente		**(13.686)**	(13.935)	**(28.587)**	(27.944)
Perdas de crédito esperadas		**(2.693)**	(2.955)	**(377.040)**	(187.334)
Contas a receber clientes		**1.034.739**	1.001.965	**1.817.923**	1.706.086
Contas a receber – parceiros de negócios e partes relacionadas	(b)	**54.152**	64.996	**56.994**	84.466
Perdas de crédito esperadas		**(12.096)**	(12.096)	**(12.096)**	(12.096)
Outras contas a receber		**42.056**	52.900	**44.898**	72.370
Total das contas a receber		**1.076.795**	1.054.865	**1.862.821**	1.778.456

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio do Grupo e reembolso de compartilhamentos de despesas.
(b) Considera valor de R$846 referente ao contas a receber com partes relacionadas da SCD de 2024 (R$187 em 2023), e valor de R$468 referente com outros parceiros de negócios de 2024 (R$79 em 2023).

8.3.1. Segmentação por tipo de cliente

As contas a receber foram classificadas de acordo com o tipo de cliente para facilitar a análise do impacto financeiro e do risco de crédito:

Operadoras de Cartão	C&A Pay	Parcerias de Negócios
Referem-se às vendas realizadas com cartões de crédito de terceiros.	Inclui as vendas realizadas através do cartão digital próprio da Companhia, sendo segregado entre partes relacionadas e terceiros.	Contas a receber de parcerias comerciais com outras empresas.

8.4. Antecipação de recebíveis

8.4.1. Com terceiros

O Grupo deixou de realizar antecipações de recebíveis de cartão de crédito com terceiros desde outubro de 2023. Em 2023, foram antecipados R$705.127 divididos em três momentos distintos: R$251.589 em março de 2023, R$251.818 em junho de 2023 e R$201.720 em setembro de 2023. Essa operação teve um custo de R$4.110, correspondendo a uma taxa de 1% a 1,2% ao mês, sendo contabilizado como despesa financeira - antecipação de recebíveis (vide a nota 32).

8.4.2. Intragrupo

Ao longo do exercício de 2024, a C&A Modas antecipou seus recebíveis com sua controlada C&A Pay SCD, totalizando R$ 2.339.386, com um custo de R$ 44.720 (comparado a R$1.491.030 no ano de 2023, que teve um custo de R$ 43.358). As taxas aplicadas para essas antecipações foram de 0,91% a 1,05% a.m. (2023: 1,04% a 1,80% a.m.) Esses valores foram registrados como despesa financeira na empresa C&A Modas e como receita financeira na empresa C&A Pay SCD. As operações intragrupos foram eliminadas na consolidação do Grupo (vide nota 32).

8.4.3. Cessão de Recebíveis ao FIDC

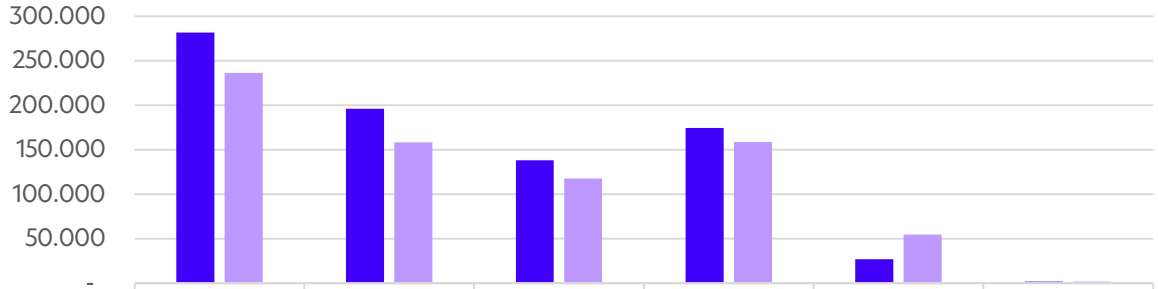
Além das antecipações, o Grupo utiliza a cessão de recebíveis ao FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) como uma ferramenta para gerir seu fluxo de caixa. O tratamento contábil dessas operações, que envolvem ágio e deságio, impacta tanto os ativos financeiros quanto os resultados operacionais da controladora e controlada, porém, eliminados na consolidação.

8.5. Composição da carteira de crédito C&A Pay por faixa de vencimentos de parcela

Os gráficos abaixo apresentam a composição da carteira de crédito da C&A Pay, segmentada por faixas de vencimento. Essa segmentação permite uma análise mais detalhada da qualidade da carteira de crédito, distinguindo entre recebíveis a vencer e vencidos, e possibilita a aplicação de estratégias de cobrança adequadas para cada faixa.

Total 2023: 726.554
Total 2024: 818.527

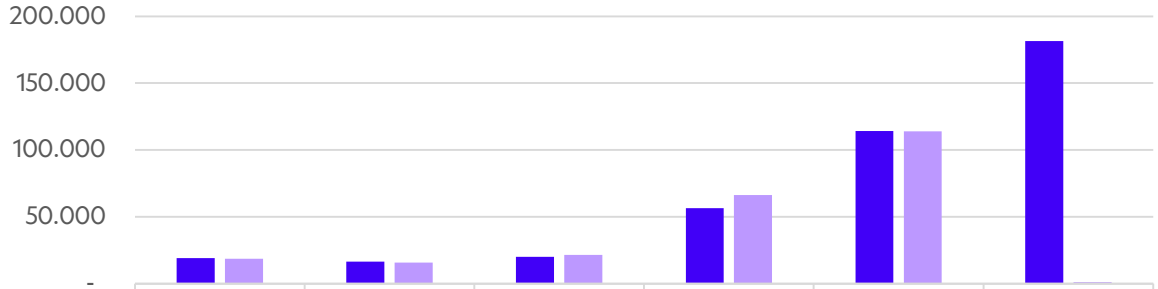
FIDC C&A Pay
A vencer
*Valores em milhares de reais (R$)



	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias
2024	281.547	195.956	138.068	174.257	26.926	1.773
2023	236.208	158.185	117.484	158.440	54.595	1.642

FIDC C&A Pay
Vencidos
*Valores em milhares de reais (R$)

Total 2023: 236.466
Total 2024: **407.181**



	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias
2024	18.968	16.365	20.015	56.306	114.032	*181.495
2023	18.514	15.665	21.336	66.173	113.904	874

*A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia revisou o prazo de baixa dos ativos, anteriormente fixado em 361 dias, para 721 dias. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de cobertura (perda estimada/carteira) desta faixa é 97,61%.

8.6. Perdas esperadas em operações de crédito

8.6.1. Contexto Serviços Financeiros C&A Pay

O cartão digital C&A Pay, lançado no final de 2021, tem como objetivo melhorar a experiência de compra dos clientes e apoiar as vendas no varejo. Este cartão de marca própria é aceito exclusivamente nas lojas C&A. Para sustentar essa operação, o Grupo implementou um sistema rigoroso de concessão de crédito, utilizando ferramentas avançadas de análise para determinar com precisão o limite de crédito adequado a cada cliente.

A estimativa de perdas esperadas (PECLD) é baseada em uma avaliação contínua do risco, considerando tanto as informações históricas quanto as projeções futuras do comportamento de crédito. Esse modelo de avaliação está em conformidade com as exigências do CPC48/IFRS 9 e das resoluções do Banco Central do Brasil (CMN 4966 e BCB 352), que terão validade a partir de 1º de janeiro de 2025.

Embora a C&A Modas não seja diretamente regulada pelo Banco Central do Brasil, sua controlada C&A Pay SCD, que está incorporada no consolidado do Grupo, é regulada por essa autoridade e segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas nas resoluções supracitadas, reforçando o compromisso com a conformidade regulatória e a gestão prudente de seus ativos.

8.6.2. Revisão Contínua do Modelo de PECLD

A C&A Pay adota um processo de revisão contínua de suas práticas contábeis relacionadas ao modelo de perdas esperadas (PECLD), ajustando suas provisões de forma proativa com base no comportamento histórico da carteira de crédito e nas projeções macroeconômicas. Esse processo inclui a avaliação de cenários econômicos adversos e de tendências futuras, conforme exigido pelo IFRS 9/CPC 48.

8.6.3. Composição da Carteira e Perda Estimada por Estágio

As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito por estágio. Os ativos são classificados em:

I. Estágio 1: Créditos sem risco significativo de inadimplência
II. Estágio 2: Créditos com aumento significativo no risco de inadimplência
III. Estágio 3: Créditos inadimplentes

As estimativas de perdas aumentam progressivamente conforme o risco de inadimplência avança entre os estágios, garantindo uma abordagem prudente na mensuração dos ativos.

As provisões e classificações mencionadas neste item, especialmente no que se refere aos ativos vencidos entre 361 e 720 dias e *à baixa dos ativos* após 721 dias, estão baseadas nas práticas atuais do CPC 48 – IFRS 9. As resoluções CMN 4.966 e BCB 352 do Banco Central, válidas a partir de janeiro de 2025, convergem com essas normas.

Essas normativas exigem a aplicação de uma abordagem para o reconhecimento e mensuração de perdas de crédito, promovendo maior prudência e previsibilidade na gestão de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo provisionou 97,61% para os ativos vencidos entre 361 e 720 dias. Os ativos com inadimplência superior a 720 dias são baixados para prejuízo (*write-off)* revertendo por sua vez o provisionamento anteriormente constituído.

8.6.4. Política contábil material

O Grupo adota a metodologia do IFRS 9/CPC 48 e utiliza a abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas (PECLD). Essa abordagem simplificada permite que as perdas esperadas sejam reconhecidas diretamente ao longo da vida útil dos ativos financeiros, considerando variáveis como o comportamento histórico de risco e as condições macroeconômicas. O modelo é constantemente revisado para capturar alterações em fatores internos e externos que possam justificar ajustes nas provisões, garantindo que os valores reflitam adequadamente o risco de crédito.

O modelo de perdas esperadas engloba tanto os saldos registrados no balanço (carteira ativa) quanto os limites de crédito concedidos e não utilizados. Quando não há mais perspectiva de recuperação dos saldos vencidos, as operações são registradas como prejuízo *(write-off)*, resultando na reversão das estimativas de perdas esperadas anteriormente constituídas.

Ao final de 2023, com maior granularidade de informações das operações do C&A Pay e uma base mais robusta para análise de recuperabilidade, a Companhia, com o auxílio de uma consultoria especializada, refinou seu modelo de perdas esperadas. Desta forma, alterou o prazo de baixa dos ativos, anteriormente fixado em 361 dias para 721 dias. Essa alteração reflete o alinhamento da Companhia com as melhores práticas de mercado e as exigências do IFRS 9.

A aplicabilidade do modelo simplificado de perdas esperadas permite o reconhecimento direto das perdas ao longo da vida útil dos ativos. O modelo é baseado no histórico de inadimplência dos clientes e nas condições econômicas atuais, garantindo que as perdas de crédito esperadas sejam devidamente reconhecidas de forma eficiente e transparente. Esse processo simplificado reduz a complexidade na mensuração das provisões, ao mesmo tempo em que garante a conformidade com as normas contábeis vigentes, bem como equiparando-se às resoluções CMN 4.966 e BCB 352, do Banco Central do Brasil.

8.6.5. Principais componentes do modelo de perda esperada

Probabilidade de Inadimplência (PD): Refere-se à probabilidade de que um devedor não consiga cumprir suas obrigações financeiras em um determinado período.

Exposição no Momento da Inadimplência (EAD): Refere-se à exposição total do ativo no momento que ocorre a inadimplência (*Default*).

Perda Dada a Inadimplência (LGD): Refere-se expectativa de perda após caracterizada a inadimplência, considerando um percentual específico sobre o valor total do ativo problemático.

O modelo de perda esperada garante que as operações de crédito sejam adequadamente provisionadas, assegurando que as perdas sejam mensuradas de maneira a refletir o risco de inadimplência ao longo do tempo.

Este modelo visa o provisionamento das perdas de créditos esperadas ao longo da vida dos ativos financeiros, e não apenas quando essas perdas ocorrem. Essa abordagem baseia-se no comportamento histórico de risco e nas condições macroeconômicas.

O modelo de perda esperada é baseado em três estágios, que determinam como as perdas são mensuradas e reconhecidas, conforme a seguir:

Estágio 1

Inferior a 30 dias de atraso

Correspondente a operações de crédito classificadas como adimplentes, com inadimplência inferior a 30 dias, ou que não apresentaram relevantes riscos de crédito em seu reconhecimento inicial.

Estágio 2

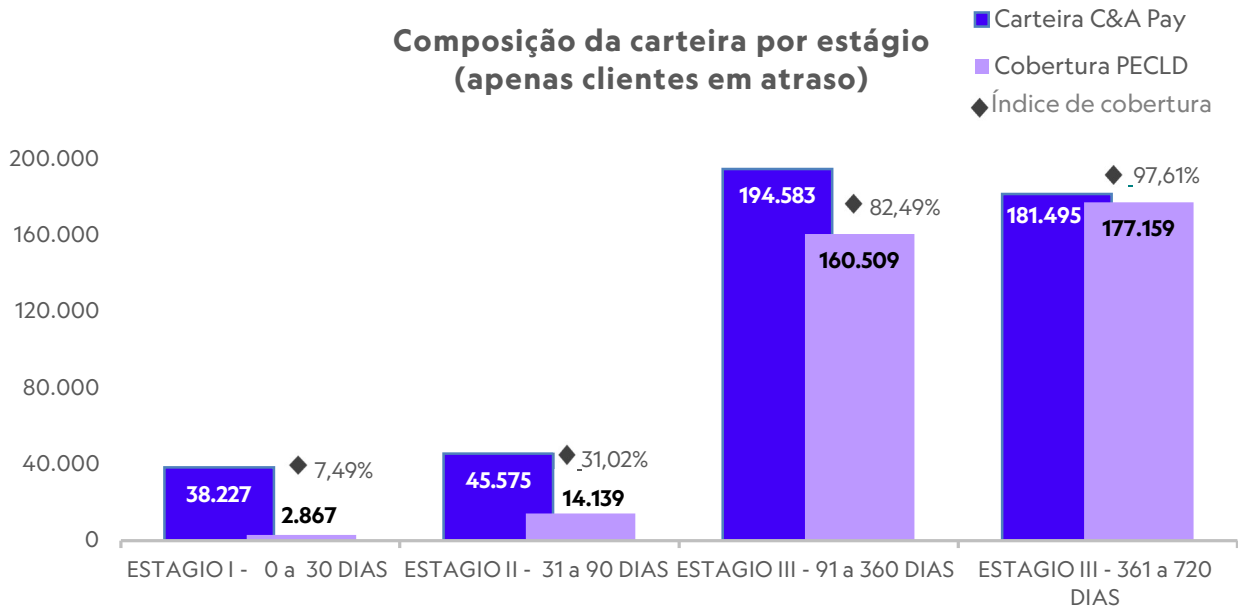
Atraso de 31 até 90 dias

Corresponde a operações de crédito com inadimplência entre 30 e 90 dias ou ativos caracterizados com significativo risco em seu reconhecimento inicial.

Estágio 3

Atraso acima de 90 dias

Correspondente a operações de crédito com inadimplência superior a 90 dias, caracterizados como ativos problemáticos, refletindo maiores níveis de coberturas de risco.

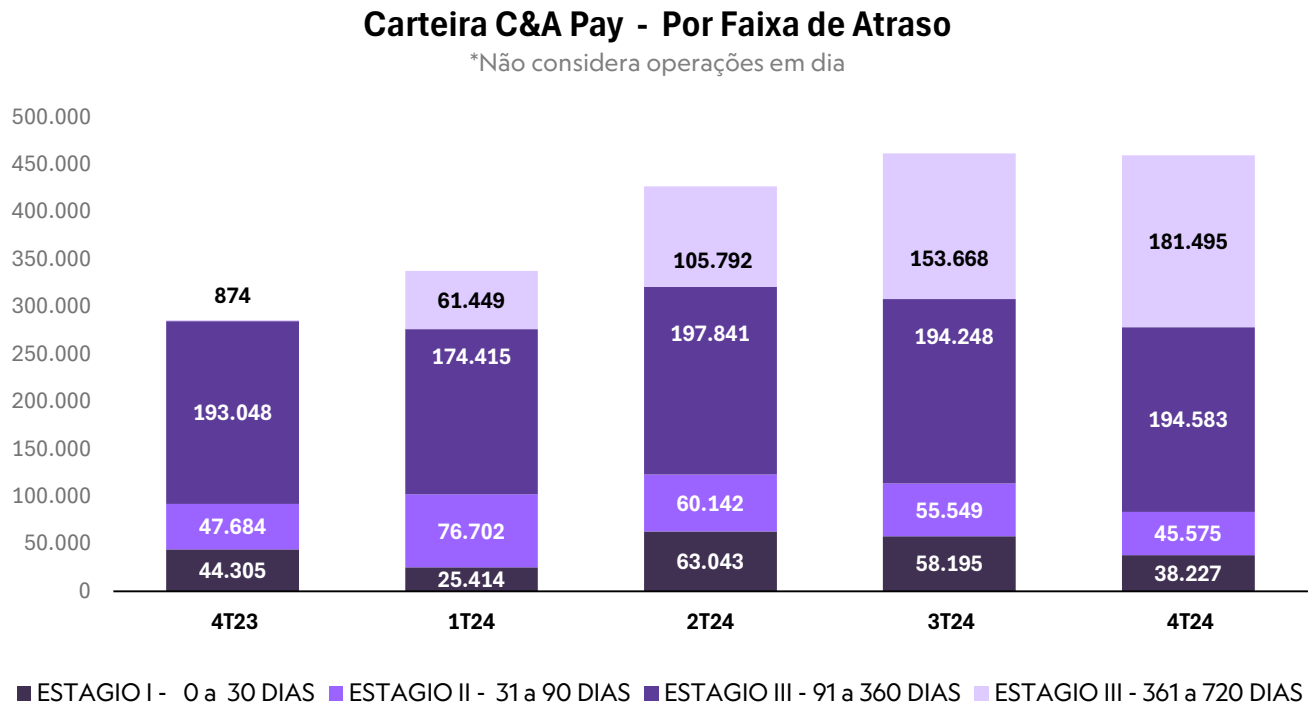


8.6.6. Composição da carteira e perda estimada por estágio

A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito do C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. Esses estágios representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

	C&A Pay				
	2024				
	Carteira				
Cartão de crédito C&A Pay (*Private Label*)	**A Vencer**	**Vencida**	**Total**	**Perda estimada**	**% Cobertura**
Estágio 1	**789.854**	**14.201**	**804.055**	**22.396**	**2,79%**
Em dia	765.828	-	765.828	19.529	
Até 30 dias	24.026	14.201	38.227	2.867	
Estágio 2	**13.135**	**32.440**	**45.575**	**14.139**	**31,02%**
De 31 a 60 dias	6.963	11.996	18.959	4.025	
De 61 a 90 dias	6.172	20.444	26.616	10.114	
Estágio 3 - *Até 360 dias*	**15.538**	**179.045**	**194.583**	**160.509**	**82,49%**
De 91 a 120 dias	3.786	20.675	24.461	17.502	
De 121 a 150 dias	1.987	19.186	21.173	15.187	
De 151 a 180 dias	1.337	17.860	19.197	14.705	
De 181 a 360 dias	8.428	121.324	129.752	113.115	
Estágio 3 - *Acima de 360 dias*	**-**	**181.495**	**181.495**	**177.159**	**97,61%**
Acima de 360 dias	-	181.495	181.495	177.159	
Saldo carteira ativa (*on balance*)	**818.527**	**407.181**	**1.225.708**	**374.203**	**30,53%**
Limite de crédito disponível (Off Balance)	-	-	**730.883**	**144**	**0,02%**
Total Geral	-	-	**1.956.591**	**374.347**	**19,13%**
Índice de cobertura sobre carteira de crédito-		-			**30,54%**

	C&A Pay				
	2023				
	Carteira				
Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	**A Vencer**	**Vencida**	**Total**	**Perda estimada**	**% Cobertura**
Estágio 1	**705.829**	**15.586**	**721.415**	**18.582**	**2,58%**
Em dia	677.110	-	**677.110**	16.658	
Até 30 dias	28.719	15.586	**44.305**	1.924	
Estágio 2	**12.354**	**35.330**	**47.684**	**5.321**	**11,16%**
De 31 a 60 dias	8.417	13.345	**21.762**	2.384	
De 61 a 90 dias	3.937	21.985	**25.922**	2.937	
Estágio 3 - *Até 360 dias*	**8.371**	**184.676**	**193.047**	**159.525**	**82,64%**
De 91 a 120 dias	2.313	24.689	**27.002**	19.761	
De 121 a 150 dias	1.385	24.036	**25.421**	18.659	
De 151 a 180 dias	877	19.190	**20.067**	15.731	
De 181 a 360 dias	3.796	116.761	**120.557**	105.374	
Estágio 3 - *Acima de 360 dias*	**-**	**874**	**874**	**804**	**92,04%**
Acima de 360 dias	-	874	874	804	
Saldo carteira ativa (*on balance*)	**726.554**	**236.466**	**963.020**	**184.232**	**19,13%**
Limite de crédito disponível (Off Balance)			**748.247**	**147**	**0,02%**
Total Geral			**1.711.267**	**184.379**	**10,77%**
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					**19,15%**



8.6.7. Detalhamento da Qualidade da Carteira e estratégias de Cobrança

A qualidade da carteira de crédito da C&A Pay varia conforme a faixa de vencimento. Recebíveis de curto prazo (até 90 dias) apresentam menor risco de inadimplência e exigem menores provisões de perdas. Já os recebíveis vencidos (a partir de 91 dias) têm maior risco de inadimplência, necessitando de provisões mais robustas e estratégias intensivas de cobrança.

8.6.8. Movimentação das perdas estimadas em crédito

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito, tanto na controladora quanto no consolidado. Essa movimentação reflete as constituições e baixas realizadas durante os períodos indicados, com destaque para aumento no nível de constituição (novos provisionamentos) e redução nas baixas (classificação para *write-off*), em decorrência da mudança de metodologia de classificação de perdas esperadas (de 361 dias para 721 dias), conforme menção em N.E. 8.6.4.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(16.937)**	**(81.375)**
(+) Constituição	(2.155)	(233.482)
(-) Baixa	4.041	115.427
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(15.051)**	**(199.430)**
(+) Constituição	(326)	(198.678)
(-) Baixa	588	8.972
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(14.789)**	**(389.136)**
Estimativa de perda C&A Pay	**-**	**(374.347)**
Estimativa de outras perdas	**(14.789)**	**(14.789)**

8.6.9. Gerenciamento de riscos de perda de crédito

O Grupo adota uma política rigorosa e robusta de concessão de crédito, alinhada às diretrizes de governança e gestão do portifólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação favorável desses fatores nos proporcionou, em 2024, um recebimento total de R$88.768 provenientes da recuperação de operações inadimplidas entre 61 e 720 dias (R$44.010 em 2023).

Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo nossas operações de varejo dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos.

9. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e as demais empresas do Grupo para auxiliar em suas operações. As condições são comutativas e não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos ao Grupo. As transações são efetuadas:

I. de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes, levando em consideração as regras de preço de transferência;
II. a preços de mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve necessidade de reconhecimento de estimativa para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que o Grupo possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes	Condições
Controladoras			
COFRA Investments	Controladora direta	-	-
Incas SARL	Controladora direta	-	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-	-
Controladas			
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	Atividades de instituição de arranjos de pagamento e securitização de créditos	Preço negociado entre as partes
Moda Lab Ltda. (Liquidada)	Controladas diretas	Industrialização por encomenda para C&A Modas	Preço negociado entre as partes
C&A Pay Holding Financeira Ltda	Controladas diretas	Controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	-
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	Instituição financeira que atua na condição de instituidora de arranjo de pagamento fechado e emissora e administradora dos cartões *private label* "C&A Pay"	Valor de mercado e preço entre as partes
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	Fundo de investimento que adquire direitos creditórios originados pelo cedente SCD C&A Pay, e tem a C&A Modas S.A. como única cotista	Preço negociado entre as partes
Associadas			
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de licenças de softwares	Preço negociado entre as partes
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	Serviços de intermediação de importação de mercadorias *(trading)*	Preço negociado entre as partes
COFRA Latin America Ltda	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de fianças em contratos de locação da C&A Brasil	Preço negociado entre as partes
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	Entidade fechada de previdência complementar destinada a funcionários do Grupo C&A	Preço negociado entre as partes
Instituto C&A	Associada, sem influência significativa	Instituição de utilidade pública federal da qual a C&A é sócio apoiador, e que tem como foco de atuação: voluntariado, empreendedorismo e frente de apoios humanitários	Preço negociado entre as partes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

9.1. Transações nos balanços patrimoniais

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Contas a receber					
C&A Pay SCD	(a)	**54.122**	60.698	**-**	-
Instituto C&A	(b)	**27**	27	**27**	27
COFRA LA	(b)	**6**	8	**6**	8
Orion	(b)	**430**	6	**-**	-
C&A Pay Holding		**-**	38	**-**	-
Cyamprev		**6**	-	**6**	-
		54.591	60.777	**39**	35
Outros ativos					
C&A Service	(c)	**19**	76	**19**	76
Total do ativo com partes relacionadas		**54.610**	60.853	**58**	111

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio do Grupo e reembolso de compartilhamentos de despesas.
(b) Valor referente a compartilhamento de despesas entre partes relacionadas.
(c) Valor referente a pagamentos de licenças entre partes relacionadas.

Passivo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Fornecedores					
C&A Sourcing	(a)	**96.744**	69.638	**96.744**	69.638
Cyamprev	(b)	**1.717**	1.974	**1.756**	2.021
COFRA LA		**21**	-	**21**	-
Instituto C&A		**-**	2	**-**	2
FIDC C&A Pay	(c)	**4.447**	4.355	**-**	-
C&A Pay SCD	(d)	**156**	3.790	**-**	-
		103.085	79.759	**98.521**	71.661
Juros sobre capital próprio e dividendos					
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(e)	**53.322**	-	**53.322**	-
Total Passivo circulante		**156.407**	79.759	**151.843**	71.661

(a) Fornecedor de mercadoria
(b) Valor referente a contribuição mensal de previdência entre partes relacionadas.
(c) Valores a repassar por recebimentos de faturas.
(d) Valor referente a reembolso de despesas.
(e) Valor encontra-se líquido de impostos

9.2. Transações nas demonstrações do resultado do exercício

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Reembolso pelo compartilhamento de despesa					
Cyamprev		**73**	203	**73**	203
Instituto C&A		**134**	-	**134**	-
COFRA LA		**76**	79	**76**	79
Orion		**69**	80	**-**	-
C&A Pay SCD		**1.086**	-	**-**	-
		1.438	362	**283**	282
Despesas de serviços financeiros					
Orion		**-**	(143)	-	-
C&A Pay SCD	(a)	**(49.456)**	(7.538)	-	-
		(49.456)	(7.681)	-	-
Antecipação de recebíveis					
C&A Pay SCD		**(29.438)**	(43.358)	-	-
		(29.438)	(43.358)	-	-
Compras de mercadorias					
C&A Sourcing		**(515.589)**	(336.756)	**(515.589)**	(336.756)
		(515.589)	(336.756)	**(515.589)**	(336.756)
Compras de serviços					
C&A Services		**(1.916)**	(1.786)	**(1.916)**	(1.786)
COFRA LA		**(179)**	(231)	**(179)**	(231)
		(2.095)	(2.017)	**(2.095)**	(2.017)
Contribuições previdenciárias					
Cyamprev	(b)	**(3.100)**	(6.099)	**(3.176)**	(6.099)
		(3.100)	(6.099)	**(3.176)**	(6.099)

(a) Despesa de comissionamento das operações transacionadas pelo cartão C&A Pay;

(b) Neste montante estão contempladas a parcela empresa e a parcela que é devida pelo colaborador, retida na folha de pagamento e repassada à Cyamprev.

9.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

		Controladora e Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**
Remuneração fixa		**15.465**	14.026
Remuneração variável		**7.594**	4.292
Contribuições planos pós empregatícios		**94**	93
Incentivo de longo prazo		**5.958**	4.967
Cessação do cargo		**-**	2.163
Total sem encargos		**29.111**	25.541
Encargos estimados	(a)	**12.056**	10.358
Total com encargos		**41.167**	35.899

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 26 de março de 2024, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2024, determinada no valor total sem encargos de até R$36.331 (2023: R$ 35.457).

10. Plano de remuneração baseado em ações

O Grupo conta atualmente com Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. Até o momento foram realizadas outorgas no âmbito de programas aprovados nos anos de 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024 ("Outorgas 2019", "Outorgas 2021", "Outorgas 2022", "Outorgas 2023" e "Outorgas 2024", respectivamente).

<u>Outorgas 2019</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos. Dessas opções, 1.062.037 passaram a seguir as mesmas regras das "Outorgas 2021" e já foram exercidas. As demais seguem as regras da outorga original.

A seguir são descritas as regras das outorgas atualmente vigente do programa "Outorgas 2019".

A titularidade das opções de conversão de ações será adquirida pelos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do exercício de três anos após a data da outorga.
A transferência, que será realizada independente do participante se manter como empregado ou administrador do Grupo, é sujeita à verificação da seguinte condição: o preço médio por Ação na

bolsa de valores do Brasil (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) durante os 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores à cada data de exercício das Opções Vestidas deverá ser igual ou superior ao preço por Ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia (IPO), corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE, reduzido pelo valor por Ação distribuído a título de distribuições e juros sobre capital próprio e ajustado para refletir eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações ocorridos entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções Vestidas.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência.

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2024 é de 0,81 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o exercício de 2024 é de R$9,14 do programa original e R$1,37 *fair value* (valor justo) incremental para as opções pós substituições, conforme procedimento de cálculo previsto pelo CPC 10. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2021

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 1.412.194 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. Em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2021 foi aprovada a uniformização das regras de 1.062.037 opções da Outorga 2019 em linha com as Outorgas 2021.

Em março de 2024 foram exercidas a opção de compra de ação no total de 2.236.893 ações que foram liquidadas e transferidas, através das ações em tesouraria, líquidos de imposto de renda, que correspondem a quantidade de 2.025.691 ações (montante de R$6.495).

Outorgas 2022

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 3.619.618 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2024 é de 0,22 anos. O valor justo das opções outorgadas é de R$2,66.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2023

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2023, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 4.712.639 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2024 é de 1,36 anos. O valor justo das opções outorgadas é de R$5,29.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2024

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2024, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 2.068.636 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2024 é de 2,30 anos. O valor justo das opções outorgadas é de R$10,20.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

10.1. Movimentação

Programa	Outorgas 2019 2ª subst.	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Total
Saldo em 31/12/2022	86.111	2.416.712	3.419.789	-	-	5.922.612
Outorgadas	-	-	-	4.712.639	-	4.712.639
Prescritas	(28.709)	(160.787)	(542.946)	(142.959)	-	(875.401)
Saldo em 31/12/2023	57.402	2.255.925	2.876.843	4.569.680	-	9.759.850
Outorgadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.068.636**	**2.068.636**
Prescritas	**(28.701)**	**(19.032)**	**(202.918)**	**(374.621)**	**(178.289)**	**(803.561)**
Exercidas	**-**	**(2.236.893)**	**-**	**-**	**-**	**(2.236.893)**
Saldo em 31/12/2024	**28.701**	**-**	**2.673.925**	**4.195.059**	**1.890.347**	**8.788.032**

10.2. Premissas

	Outorgas 2019 (adicional da substituição)		Outorgas 2019 (substituição dez 2021)	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024
	Lote 2	**Lote 3**	**Lote único**	**Lote único**	**Lote único**	**Lote único**	**Lote único**
Modelo de precificação	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	5,95%	6,20%	10,92%	6,395%	12,785%	12,97%	11,00%
Preço da ação considerado	16,89	16,89	6,59	11,63	2,51	4,98	9,50
Prazo de vida esperado das opções	21/10/2024	21/10/2025	24/02/2024	24/02/2024	23/03/2025	10/05/2026	18/04/2027
Valor justo na data da mensuração	3,11	1,37	4,39	12,45	2,66	5,29	10,20
Volatilidade anualizada esperada	37,79%	37,10%	58,69%	53,92%	57,58%	66,50%	65,04%

10.3. Reconhecimento de despesas

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. As despesas reconhecidas durantes os exercícios de 2024 e 2023 e a reconhecer são como segue:

Despesas reconhecidas:

Período	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Total
2023	5.910	2.493	3.835	-	**12.238**
2024	857	2.395	6.625	**3.481**	**13.358**

Despesas a reconhecer:

Período	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Total
2025	589	6.972	5.748	**13.309**
2026	-	2.483	5.749	**8.232**
2027	-	-	1.701	**1.701**
Total	**589**	**9.455**	**13.198**	**23.242**

11. Estoques

11.1. Política contábil material

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A estimativa para perda nos estoques é constituída pela estimativa de perdas baseada em dados históricos com furtos de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados pelo menos anualmente.

Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento que ocorrem.

11.2. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercadorias para revenda	**995.293**	881.760	**995.293**	881.677
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	**1.860**	1.195	**1.860**	1.195
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	**76**	387	**76**	387
Ajuste a valor presente	**(20.145)**	(22.179)	**(20.145)**	(22.179)
Perdas estimadas	**(43.180)**	(41.768)	**(43.180)**	(41.768)
	933.904	819.395	**933.904**	819.312
Importações em andamento	**98.327**	55.843	**98.327**	55.843
	1.032.231	875.238	**1.032.231**	875.155

11.3. Movimentação das perdas estimadas

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.258
(+) Perdas estimadas	78.027
(-) Baixa por utilização	(73.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.768
(+) Perdas estimadas	**95.406**
(-) Baixa por utilização	**(93.994)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**43.180**

O Grupo realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

No exercício findo em 2024 foram realizados inventários totais em 332 lojas (2023: 332 lojas) e em 2 centros de distribuição (2023: 3 Centros de Distribuição). Para os demais centros de distribuição são realizados inventários cíclicos.

12. Tributos a recuperar

12.1. Política contábil material

São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais do Grupo, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

12.2. Composição dos tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Crédito extemporâneo de PIS / COFINS	12.2.1	**804.944**	664.919	**804.944**	664.919
PIS/COFINS		**483.947**	654.855	**483.947**	654.864
ICMS corrente		**114.458**	81.565	**114.458**	81.569
ICMS ações judiciais	12.2.2	**107.560**	100.875	**107.560**	100.875
IRPJ/CSLL		**61.390**	33.052	**61.390**	40.503
IRRF		**20.269**	31.349	**20.738**	33.205
IPI		**15**	366	**15**	366
Outros		**4.994**	9.984	**4.994**	9.989
		1.597.577	1.576.965	**1.598.046**	1.586.290
Ativo circulante		**469.885**	379.126	**470.354**	388.451
Ativo não circulante		**1.127.692**	1.197.839	**1.127.692**	1.197.839

12.2.1. Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. Em 31 de dezembro de 2024 o montante do crédito atualizado é de R$396.179 (R$352.397 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos atualizados dos créditos correspondem ao montante de R$167.646 (R$158.925 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do crédito tributário atualizado é de R$163.884 (R$153.597 em 31 de dezembro de 2023).

(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em decisão unânime proferida pelo STJ em recurso repetitivo do Tema 1125 firmou-se a tese que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema com decisões favoráveis, aguardando o trânsito em julgado dos processos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado crédito tributário de PIS e COFINS no valor de R$77.235.

Movimentações dos Créditos extemporâneos de PIS e COFINS:

	2024	2023
Saldo inicial	**664.919**	**1.363.664**
(-) Compensações	**(144.888)**	(766.566)
(+) Reconhecimento do principal	**122.190**	-
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	**162.723**	67.821
Saldo final	**804.944**	664.919

Durante o ano de 2024 a Companhia reconheceu no resultado crédito tributário adicional de PIS e COFINS relacionado à: (i) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R$ 164.564, e (ii) exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R$ 77.235 (Notas 31 e 32).

Ao longo do ano de 2024 a Companhia realizou compensações de créditos decorrentes de ações judiciais no montante de R$144.888 (R$766.566 em 31/12/2023). Essa diminuição é resultado da Medida Provisória nº 1.202/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.873/2024, que estabeleceu limites para a compensação mensal de créditos judiciais e modificou a interpretação sobre a prescrição.

12.2.2. Créditos relativos ao ICMS

(a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$87.201 (R$81.794 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado é de R$17.476 (R$16.198 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia aguarda a conclusão de suas ações para apurar os elementos necessários decorrentes das circunstâncias específicas envolvendo cada caso.

12.3. Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar, registrado nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2024:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	**469.885**	470.354
2026	**347.454**	347.454
2027	**498.361**	498.361
2028	**254.972**	254.972
2029 a 2031	**26.905**	26.905
Total	**1.597.577**	1.598.046

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

13. Depósitos judiciais

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Os valores dos depósitos são corrigidos com base nas taxas oficiais divulgadas no país. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Tributários	**121.164**	124.273	**121.164**	124.272
Trabalhistas e Cíveis	**23.771**	27.119	**23.776**	27.146
Total	**144.935**	151.392	**144.940**	151.418

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

13.1. Depósitos judiciais com passivo correspondente

A companhia mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a (i) COFINS Importação e (ii) exclusão do ICMS e ISS da Base de cálculo da CPRB; (iii) Contribuição Social sobre o adicional de 10% sobre o FGTS.

14. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Despesas antecipadas serviços de tecnologia	**15.458**	10.288	**15.458**	10.288
Despesas antecipadas benefícios a funcionários	**7.408**	5.369	**7.408**	5.369
Despesas antecipadas serviços diversos	**7.041**	8.025	**7.041**	8.026
Despesas antecipadas de produtos licenciados	**2.875**	13.585	**2.875**	13.585
Despesa antecipada publicidade	**258**	3.634	**258**	3.634
Adiantamentos a funcionários	**1.358**	1.634	**1.369**	1.675
Seguros a apropriar	**2.621**	4.963	**2.621**	4.963
Outros créditos	**4.919**	7.582	**4.919**	7.582
	41.938	55.080	**41.949**	55.122
Ativo circulante	**37.186**	51.842	**37.197**	51.884
Ativo não circulante	**4.752**	3.238	**4.752**	3.238

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

15. Imposto de renda e contribuição social

15.1. Política contábil material

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal em situações que requerem interpretação da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos são gerados quando há diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que haverá lucro tributável suficiente para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Administração deve exercer julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

15.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

			Controladora		
			Aumento/(Redução)		
	Nota	Saldo em 2023 (Reapresentado)	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2024
Prejuízos fiscais e bases negativas		382.412	(1.536)		380.876
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		97.764	840		98.604
Provisão para perda de estoques e contas a receber		21.360	(1.562)	-	19.798
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso		5.113	727	-	5.840
Provisão para participação no lucro		22.038	11.803	-	33.841
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS16		98.754	5.991	-	104.745
Ajustes a valor justo		-	(2.227)		(2.227)
Perdas de créditos esperadas FIDC		7.173	1.116	-	8.289
Ajuste a valor presente FIDC		4.763	303	-	5.066
Plano de remuneração baseado em ações		13.383	(6.214)	-	7.170
Provisão encerramento de Lojas		9.719	3.131	-	12.850
Outras	(a)	54.127	17.215	(4.201)	67.141
Ativo fiscal diferido		716.606	29.587	(4.201)	741.993
Créditos extemporâneos		(157.603)	(23.799)	-	(181.402)
Ajustes a valor presente		(12.388)	(3.623)	-	(16.011)
Passivo fiscal diferido		(169.991)	(27.422)	-	(197.413)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	(b)	546.615	2.166	(4.201)	544.580

			Consolidado		
			Aumento/(Redução)		
	Nota	Saldo em 2023 (Reapresentado)	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2024
Prejuízos fiscais e bases negativas		382.412	(1.536)		380.876
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		98.171	1.466	-	99.637
Provisão para perda de estoques e contas a receber		22.269	(1.255)	-	21.014
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso		5.113	727	-	5.840
Provisão para participação no lucro		22.038	12.432	-	34.470
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS16		98.754	5.991	-	104.745
Ajustes a valor justo		-	(2.227)	-	(2.227)
Perdas de créditos esperadas FIDC		7.173	1.116	-	8.289
Ajuste a valor presente FIDC		4.763	303	-	5.066
Ajuste de consolidação		(845)	(16.472)	-	(17.317)
Plano de remuneração baseado em ações		13.384	(6.214)	-	7.170
Provisão encerramento de lojas		9.719	3.131	-	12.850
Outras	(a)	54.127	17.215	(4.201)	67.141
Ativo fiscal diferido		717.078	14.677	(4.201)	727.554
Créditos extemporâneos		(157.603)	(23.799)	-	(181.402)
Ajustes a valor presente		(12.388)	(3.623)	-	(16.011)
Passivo fiscal diferido		(169.991)	(27.422)	-	(197.413)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	(b)	547.087	(12.745)	(4.201)	530.141

(a) Inclui provisões de fretes, de despesas operacionais, provisões de benefícios e honorários advocatícios.

(b) Em 2024, a Companhia aderiu aos programas da Receita Federal do Brasil (RFB), Litígio Zero e auto regularização, que ofereceram condições especiais para a regularização de débitos tributários, com utilização de prejuízo fiscal. Portanto, os lançamentos contábeis da utilização desse prejuízo fiscal tiveram como contrapartida a obrigação tributária e não as contas de IR/CS Diferido do resultado.

		Controladora		
		Aumento / (Redução)		
	Saldo em 2022 (Reapresentado)	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2023 (Reapresentado)
Prejuízos fiscais e bases negativas	412.633	(30.221)	-	382.412
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	94.806	2.958	-	97.764
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.160	1.200	-	21.360
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.411	(1.298)	-	5.113
Provisão para participação no lucro	22.401	(363)	-	22.038
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS16	87.046	11.708	-	98.754
Perdas de créditos esperados FIDC	-	7.173	-	7.173
Ajuste a valor presente FIDC	-	4.763	-	4.763
Provisão encerramento de lojas	9.606	113		9.719
Plano de remuneração baseado em ações	9.222	4.161		13.383
Outras	54.258	(228)	97	54.127
Ativo fiscal diferido	716.543	(34)	97	716.606
Créditos extemporâneos	(276.650)	119.047	-	(157.603)
Ajustes a valor presente	(10.411)	(1.977)	-	(12.388)
Passivo fiscal diferido	(287.061)	117.070	-	(169.991)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	429.482	117.036	97	546.615

		Consolidado		
		Aumento / (Redução)		
	Saldo em 2022 (Reapresentado)	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2023 (Reapresentado)
Prejuízos fiscais e bases negativas	412.633	(30.221)	-	382.412
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	94.806	3.365		98.171
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.160	2.109	-	22.269
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.411	(1.298)	-	5.113
Provisão para participação no lucro	22.401	(363)	-	22.038
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS16	87.046	11.708	-	98.754
Perdas de créditos esperadas FIDC	-	7.173	-	7.173
Ajuste a valor presente FIDC	-	4.763	-	4.763
Provisão encerramento de lojas	9.606	113		9.719
Plano de remuneração baseado em ações	9.222	4.162		13.384
Ajuste de consolidação	-	(845)	-	(845)
Outras	54.258	(228)	97	54.127
Ativo fiscal diferido	716.543	438	97	717.078
Créditos extemporâneos	(276.650)	119.047	-	(157.603)
Ajustes a valor presente	(10.411)	(1.977)	-	(12.388)
Passivo fiscal diferido	(287.061)	117.070	-	(169.991)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	429.482	117.508	97	547.087

15.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2024

O Grupo revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	151.133	136.177
2026	96.383	96.900
2027	96.358	96.358
2028	142.626	142.626
2029	129.862	129.862
De 2030 a 2031	89.709	89.709
De 2032 a 2035	35.922	35.922
	741.993	**727.554**

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização dos tributos diferidos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade desse valor.

15.4. Conciliação da taxa efetiva

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos		494.725	(55.519)	512.919	(48.087)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%		(168.207)	18.876	(174.392)	16.350
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva					
Equivalência patrimonial		11.917	(1.937)	-	-
Juros sobre Capital Próprio		35.700	-	35.700	-
Doações não dedutíveis		(2.032)	(2.838)	(2.032)	(2.838)
PAT e Lei de incentivo à cultura		2.817	2.071	2.865	2.071
Ajustes de *transfer pricing*		-	(1.164)	-	(1.164)
Inovação Tecnológica - P&D	(a)	20.658	-	20.658	-
Brindes e multas não dedutíveis		(1.186)	(642)	(1.186)	(642)
Subvenção para Investimento	(b)	-	4.723	-	4.723
IR e CS de exercícios anteriores		(914)	(101)	(880)	(101)
Indébito Tributário		58.975	29.699	59.040	29.726
Prejuízo Operacional		-	-	(513)	(661)
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias	(c)	-	-	204	(6.255)
Reapresentação		-	(14)	-	(14)
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%		24	24	95	72
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		**(42.248)**	**48.697**	**(60.441)**	**41.267**
Corrente		(47.853)	(68.339)	(51.136)	(76.241)
Diferido		5.605	117.036	(9.305)	117.508
		(42.248)	**48.697**	**(60.441)**	**41.267**
Alíquota efetiva		9%	-88%	9%	-86%

(a) Refere-se a valores gastos com pesquisa e desenvolvimento, abrangidos por incentivos fiscais da Lei 11.196/2005, também conhecida como "Lei do Bem". Esta lei permite que empresas deduzam do Imposto de Renda uma porcentagem dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D);

(b) Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia deduziu as subvenções fiscais para investimento da base cálculo de ICMS da base de apuração do IRPJ e CSLL, com amparo no artigo 30 da Lei 12.973/2014, que foi alterado pela Lei Complementar 160/2017. A partir de 1 de janeiro de 2014, com o início da vigência da Lei 14.789/2023, a Companhia não mais deduzirá os incentivos de ICMS da base de cálculo do IR e da CSLL.

(c) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, porque suas atividades foram transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023.

16. Investimento

16.1. Política contábil material

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Após a aplicação desse método, a Companhia avalia se é necessário reconhecer uma perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil, reconhecendo a perda na demonstração do resultado.

16.2. Informações sobre investimento em controladas

	2024							
Controladas	**Participação acionária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita Bruta**	**Lucro/ (Prejuízo)**	**Valor contábil do investimento**	**Equivalência patrimonial**
Diretas								
Orion	**99,99%**	**11.342**	**(604)**	**10.738**	**1.648**	**1.695**	**10.737**	**1.695**
C&A Pay Holding	**99,99%**	**261.309**	**(84.397)**	**176.912**	**49.456**	**33.401**	**176.910**	**33.401**
Moda Lab	**99,00%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(47)**	**-**	*** 36**
Total							**187.647**	**35.049**
* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab (R$47) e a equivalência patrimonial R$36 se refere ao resultado não realizado nos estoques.								
Indiretas								
C&A Pay SCD	**100%**	**252.202**	**(84.413)**	**167.789**	**49.456**	**32.844**	**167.789**	**32.844**
							167.789	**32.844**

	2023							
Controladas	**Participação acionária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita bruta**	**Lucro/ (Prejuízo)**	**Valor contábil do investimento**	**Equivalência patrimonial**
Diretas								
Orion	99,99%	13.240	(3.774)	9.466	81.329	(18.831)	9.465	(18.833)
C&A Pay Holding	99,99%	211.276	(102.448)	108.828	10.040	13.189	108.827	13.188
Moda Lab	99,00%	40	-	40	-	(53)	(43)	* 55
Total							118.249	(5.698)
* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab (R$53) e a equivalência patrimonial R$55 se refere ao resultado não realizado nos estoques.								
Indiretas								
C&A Pay SCD	100%	183.749	(83.443)	100.306	10.040	12.983	100.306	12.983

16.3. Movimentação do investimento

	Orion	C&A Pay Holding	Moda Lab	Total
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2022	48.798	-	(143)	48.655
(+/-) Equivalência patrimonial	(18.833)	13.188	(53)	(5.698)
(+) Aumento de capital	40.000	95.783	45	135.828
(-) Redução de capital	(60.500)			(60.500)
(+/-) Resultados não realizados nos estoques	-	-	108	108
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2023	9.465	108.827	(43)	118.249
(+/-) Equivalência patrimonial	**1.695**	**33.401**	**(47)**	**35.049**
(-) Dividendos	**(423)**	**-**	**-**	**(423)**
(-) Liquidação de investimento	**-**	**-**	**7**	**7**
(+) Aumento de capital	**-**	**35.000**	**-**	**35.000**
(+/-) Outros resultados abrangentes	**-**	**(318)**	**-**	**(318)**
(+/-) Resultados não realizados nos estoques	**-**	**-**	**83**	**83**
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2024	**10.737**	**176.910**	**-**	**187.647**

17. Imobilizado

17.1. Política contábil material

Os bens são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos impostos recuperáveis. Incluem a estimativa para restauração de loja, quando não incluída em direitos de uso, e são reduzidos por depreciação e perda de valor (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens. No início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo de restauração e os métodos de depreciação são revisados. Quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

A avaliação da vida útil considera a expectativa de uso dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e evidências de uma vida útil diferente da registrada. Essa avaliação é documentada em laudo por especialistas do Grupo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido, perdido o controle ou quando não se espera mais benefício econômico futuro. Ganhos ou perdas resultantes da baixa (diferença entre valor líquido da venda e valor contábil) são incluídos na demonstração do resultado no exercício da baixa.

17.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	**199.615**	**(110.478)**	**(147)**	**88.990**
Móveis e utensílios	**607.893**	**(376.508)**	**(2.926)**	**228.459**
Equipamentos de Informática	**293.980**	**(229.863)**	**(91)**	**64.026**
Veículos	**20**	**(20)**	**-**	**-**
Benfeitorias	**1.466.925**	**(1.030.631)**	**(2.002)**	**434.292**
Terrenos	**126**	**-**	**-**	**126**
Imobilizado em andamento	**5.448**	**-**	**-**	**5.448**
Ativos em poder de terceiros	**227**	**-**	**-**	**227**
Custo estimado de devolução de lojas	**3.780**	**(1.634)**	**-**	**2.146**
	2.578.014	**(1.749.134)**	**(5.166)**	**823.714**

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada Reapresentado (*)	Red. Valor Recuperável Reapresentado (*)	31 de dezembro de 2023
Máquinas e equipamentos	201.405	(120.922)	-	80.483
Móveis e utensílios	562.526	(364.854)	-	197.672
Equipamentos de Informática	274.692	(214.455)	-	60.237
Veículos	470	(470)	-	-
Benfeitorias	1.455.525	(1.035.588)	(1.346)	418.591
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	4.728	-	-	4.728
Custo estimado de devolução de lojas	2.970	(1.406)	-	1.564
	2.502.442	(1.737.695)	(1.346)	763.401

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

17.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Nota	Taxa média depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições (b)	Deprecia-ção	Baixas	Transfe-rências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos		7%	**80.483**	**-**	**(6.417)**	**(49)**	**15.121**	**(148)**	**88.990**
Móveis e utensílios		11%	**197.672**	**59.198**	**(39.269)**	**(847)**	**14.629**	**(2.924)**	**228.459**
Equipamentos de informática		20%	**60.237**	**25.458**	**(25.211)**	**(18)**	**3.651**	**(91)**	**64.026**
Benfeitorias	(a)	9%	**418.591**	**1.114**	**(77.179)**	**(10.053)**	**102.476**	**(657)**	**434.292**
Terrenos		-	**126**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**126**
Imobilizado em andamento		-	**4.728**	**136.597**	**-**	**-**	**(135.877)**	**-**	**5.448**
Ativos em poder de terceiros		-	**-**	**227**	**-**	**-**	**-**	**-**	**227**
Custo estimado de devolução de lojas		-	**1.564**	**810**	**(228)**	**-**	**-**	**-**	**2.146**
Total			**763.401**	**223.404**	**(148.304)**	**(10.967)**	**-**	**(3.820)**	**823.714**

(a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.

(b) Durante o exercício de 2024, o Grupo adquiriu R$ 223.514 de ativos imobilizados, dos quais R$81.235 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (2023: R$13.324) e R$13.324 foram desembolsados em 2024 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2023 (2023: R$19.364, referente aos anos anteriores).

18. Intangível

18.1. Política contábil material

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares, sistemas e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, e mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, são realizados testes de recuperabilidade anualmente.

Atualmente, o Grupo possui um ativo intangível com vida útil indefinida: o direito de exploração de serviços financeiros. Este direito foi adquirido em 1º de dezembro de 2021, conforme contrato, e não há prazo determinado para sua exploração. A operação foi registrada pelo custo de aquisição de R$ 415.000. Não houve ágio na transação, mas, devido à natureza do ativo, é realizado o teste de recuperabilidade anualmente.

18.2. Composição do intangível

18.2.1. Controladora

	2024				2023		
	Custo	**Amortização acumulada**	**Red. Valor Recuperável**	**Saldo Contábil**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo Contábil**
Sistemas de informática	**1.418.493**	**(973.826)**	**(6.536)**	**438.131**	1.289.459	(778.548)	510.911
Fundo de comércio	**77.413**	**(56.005)**	**(575)**	**20.833**	71.107	(51.028)	20.079
Direito de exploração de serviços financeiros	**415.000**	**-**	**-**	**415.000**	415.000	-	415.000
Intangível em andamento	**18.843**	**-**	**-**	**18.843**	18.503	-	18.503
Total	**1.929.749**	**(1.029.831)**	**(7.111)**	**892.807**	1.794.069	(829.576)	964.493

18.2.2. Consolidado

	2024				2023		
	Custo	**Amortização acumulada**	**Red. Valor Recuperável**	**Saldo Contábil**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo Contábil**
Sistemas de informática	**1.418.493**	**(973.826)**	**(6.536)**	**438.131**	1.289.923	(778.741)	511.182
Fundo de comércio	**77.413**	**(56.005)**	**(575)**	**20.833**	71.107	(51.028)	20.079
Direito de exploração de serviços financeiros	**415.000**	**-**	**-**	**415.000**	415.000	-	415.000
Intangível em andamento	**18.843**	**-**	**-**	**18.843**	18.503	-	18.503
Total	**1.929.749**	**(1.029.831)**	**(7.111)**	**892.807**	1.794.533	(829.769)	964.764

18.3. Movimentação intangível

18.3.1. Controladora

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Sistemas de informática	18,5%	510.911	-	(197.141)	(10)	130.907	(6.536)	**438.131**
Fundo de comércio	10,0%	20.079	-	(3.598)	(926)	5.853	(575)	**20.833**
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	**415.000**
Intangível em andamento		18.503	137.100	-	-	(136.760)	-	**18.843**
Total		964.493	**137.100**	**(200.739)**	**(936)**	**-**	**(7.111)**	**892.807**

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Sistemas de informática	18,5%	558.152	-	(200.373)	(855)	153.228	640	119	510.911
Fundo de comércio	10,0%	20.484	-	(2.965)	(1.750)	3.560	-	750	20.079
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	27.066	148.225	-	-	(156.788)	-	-	18.503
Total		1.020.702	148.225	(203.338)	(2.605)	-	640	869	964.493

18.3.2. Consolidado

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições (a)	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (provisão) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Sistemas de informática	**18,5%**	511.182	**-**	**(197.141)**	**(281)**	**130.907**	**(6.536)**	**438.131**
Fundo de comércio	**10,0%**	20.079	**-**	**(3.598)**	**(926)**	**5.853**	**(575)**	**20.833**
Direito de exploração de serviços financeiros	**indefinido**	415.000	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**415.000**
Intangível em andamento	**-**	18.503	**137.100**	**-**	**-**	**(136.760)**	**-**	**18.843**
Total		964.764	**137.100**	**(200.739)**	**(1.207)**	**-**	**(7.111)**	**892.807**

(a) Durante o exercício de 2024, o Grupo adicionou R$ 137.100 à conta de intangíveis, referente a sistemas e fundo de comércio. Deste valor, R$ 24.129 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R$ 23.271 foram desembolsados em 2024, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2023.

	Taxa média amortização (a.a. %)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Software	18,5%	558.515	-	(200.465)	(855)	153.228	640	119	511.182
Fundo de comércio	10,0%	20.484	-	(2.965)	(1.750)	3.560	-	750	20.079
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	27.066	148.225	-	-	(156.788)	-	-	18.503
Total		1.021.065	148.225	(203.430)	(2.605)	-	640	869	964.764

19. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

19.1. Política contábil material

A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (i*mpairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações do Grupo.

A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras pela Companhia.

O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente.

A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à qual os ativos estão alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação.

Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

19.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC)

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as premissas abaixo:

I. Taxa de desconto: calculada considerando a taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,83% a.a. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento.

II. Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja; e

III. Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas, corrigidos por uma inflação estimada de 5,5% a.a. para 2025 e 4% a.a. para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central.

Na data base 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	2024	2023 Reapresentado (*)	2024	2023	2024	2023 Reapresentado (*)
Imobilizado	-	(1.346)	(5.166)	-	(5.166)	(1.346)
Intangível	-	-	(7.111)	-	(7.111)	-
Subtotal	**-**	**(1.346)**	**(12.277)**	**-**	**(12.277)**	**(1.346)**
Direito de uso	(4.900)	-	(6.034)	-	(10.934)	-
Total	**(4.900)**	**(1.346)**	**(18.311)**	**-**	**(23.211)**	**(1.346)**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

19.3. Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida

A recuperabilidade do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" foi avaliada com base no método de valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio. Essa avaliação considerou a análise de dados gerenciais históricos, entrevistas com a Administração e a revisão dos resultados obtidos. As principais premissas são:

I. Valor do ativo: R$ 415 milhões;

II. Data-base avaliação: 31 de outubro de 2024;

III. Taxa de desconto: calculada pelo método do custo de capital próprio. A taxa de desconto utilizada foi de 14,11% a.a.;

IV. Horizonte de projeção: Foram projetados fluxos de caixa para o período a partir de 1 de novembro de 2024 até 31 de dezembro de 2031, totalizando oito (7) anos e dois (2) meses. A partir de 2030 a projeção considera a estabilização do fluxo, com crescimento apenas inflacionário;

V. Valor residual – Calculado por meio de perpetuidade considerando crescimento estabilizado relativo à inflação esperada no longo prazo (3,6%);

VI. Receitas: projetadas considerando emissão de cartão, *churn* (cancelamentos), gasto médio por cartão, entre outras variáveis;

VII. Despesas: projetadas considerando despesas de taxa de processamento de cartões *(interchange)*, despesas operacionais e provisão para perda.

O valor recuperável do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

20. Arrendamentos

20.1. Política contábil material

O Grupo utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que o Grupo teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei n° 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao sucesso do Grupo na renovação de seus contratos. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Os contratos vencidos que estão em ação renovatória não são considerados, pois ainda não constituem um direito nem é possível determinar qual o valor que esse contrato representa. Baseado no histórico das últimas renovações, em que os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, o Grupo considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

20.2. Taxa de juros incremental

O Grupo chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("*spread*" de crédito). Os *spreads* foram obtidos a partir dos *spreads* observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024		2023	
Prazos dos contratos	**Taxa Real (% a.a.)**	**Taxa Nominal (% a.a.)**	**Taxa Real (% a.a.)**	**Taxa Nominal (% a.a.)**
de 0 a 3 anos	5,3	12,3	6,1	12,3
de 3 a 5 anos	2,1 – 8,8	6,6 – 15,3	6,5 – 8,0	12,1 – 14,5
de 5 a 6 anos	3,5 – 7,5	11,8 – 15,3	3,5 – 5,9	7,9 – 12,3
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	6,5 – 9,4	11,6 – 16,2	3,2 – 7,7	6,8 – 14,8

20.3. Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

20.3.1. Movimentação do ativo de direito de uso

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	**Equipamentos**	**Total**	
Saldo em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado (*)	**1.633.086**	**22.890**	**1.655.976**	**(1.944.512)**
Amortização	**(354.203)**	**(4.444)**	**(358.647)**	**-**
Encargos financeiros				**(185.061)**
Pagamentos realizados				**519.086**
Provisão para custos de desmontagem	**9.429**	**-**	**9.429**	**-**
Pagamentos antecipados	**2.179**	**-**	**2.179**	**-**
Redução ao valor recuperável	**(10.934)**	**-**	**(10.934)**	**-**
Contratos novos/renovados/encerrados	**84.654**	**7.817**	**92.471**	**(76.565)**
Remensuração	**138.410**	**1.025**	**139.435**	**(139.824)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.502.621**	**27.288**	**1.529.909**	**(1.826.876)**
Passivo circulante				**352.734**
Passivo não circulante				**1.474.142**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R$ 46.386, e sobre os juros, no valor de R$ 14.148. Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. Em 2024, houve a renovação de 28 contratos e 11 novos contratos.

20.4. Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (3,2 % a 14,8 %), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenários	Taxa Incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme determina o CPC 06 (R2) / IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

2023

Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	1.814.047	178.564	356.700	535.264
Cenário 2 (contabilizado)	1.944.512	173.079	373.419	546.492

2024

Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	1.527.976	169.541	344.550	514.091
Cenário 2 (contabilizado)	1.826.876	185.061	358.647	543.708

20.5. Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	2024		2023	
Com vencimento	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS
Menos de um ano	**522.899**	**(47.372)**	517.226	(46.195)
De um a cinco anos	**1.407.659**	**(126.305)**	1.480.084	(131.693)
Mais de cinco anos	**551.011**	**(49.118)**	643.666	(56.211)
Total dos pagamentos mínimos	**2.481.569**	**(222.795)**	2.640.976	(234.099)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	**(654.693)**	**58.566**	(696.464)	61.776
Valor presente dos pagamentos mínimos	**1.826.876**	**(164.229)**	1.944.512	(172.323)
Passivo Circulante	**352.734**		337.466	-
Passivo Não circulante	**1.474.142**		1.607.046	-

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que o Grupo terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a despesa relativa aos 18 contratos de arrendamento variável foi de R$ 6.071 (2023: 20 contratos no montante R$ 5.858). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R$ 15.637 (2023: R$ 16.293), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

O Grupo não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

20.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 17).

21. Fornecedores

21.1. Política contábil material

Fornecedores representam as obrigações do Grupo decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações, com impacto na rubrica de estoques, para as compras de mercadorias, e fornecedores. Sua realização tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo.

21.2. Composição dos saldos

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023 Reapresentado (*)	2024	2023 Reapresentado (*)
Fornecedores de mercadorias		**716.403**	829.270	**716.403**	829.270
Fornecedores – Partes Relacionadas		**103.085**	79.760	**98.521**	71.661
Fornecedor Bradescard	(a)	**608.563**	539.898	**608.563**	539.898
Fornecedores de materiais, ativos e serviços		**471.068**	376.648	**487.518**	392.884
Ajuste a valor presente		**(21.544)**	(21.490)	**(21.544)**	(21.489)
		1.877.575	1.804.086	**1.889.461**	1.812.224
Passivo circulante		**1.877.357**	1.252.838	**1.889.243**	1.260.976
Passivo não circulante	(b)	**218**	551.248	**218**	551.248

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

(a) Em novembro de 2021, o Grupo adquiriu o direito de exploração de serviços financeiros, também chamado de "balcão Bradesco" pelo valor de R$ 415 milhões, que está registrado como ativo intangível e sob a rubrica de fornecedores de curto prazo. O montante a pagar é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo "juros com fornecedores" (nota 32). Em 31 de dezembro de 2024, o valor corrigido é de R$ 609 milhões. Este contrato possui cláusula restritiva ("*covenants*"), com as mesmas condições mencionadas no item 23.6 Cláusulas contratuais restritivas ("*covenants*") para empréstimos e debêntures.

(b) O fornecedor Bradesco, a partir do mês de agosto de 2024, passou a ser registrado na rubrica de fornecedores de curto prazo devido ao vencimento ser julho de 2025

21.3. Ajuste a valor presente

O Grupo efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 0,97% e 0,93%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

22.Obrigações de risco sacado

22.1. Política contábil material

O Grupo firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento receberão o pagamento antecipado das faturas enviadas ao Grupo por meio de instituições financeiras externas. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual o Grupo não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pelo Grupo. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, o Grupo quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. O Grupo não fornece garantias à instituição financeira.
Todos os fornecedores a prazo sujeitos ao acordo de financiamento estão incluídos em fornecedores no balanço patrimonial das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estariam mantidos.

22.2. Composição dos saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	**2023**	**2024**	**2023**
Obrigações de Risco Sacado	(a)	**350.043**	364.709	**350.043**	364.709
Intervalo de vencimento dos pagamentos					
Passivos que fazem parte das operações de risco sacado		**107 dias**	108 dias	**107 dias**	108 dias
Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado		**90 dias**	91 dias	**90 dias**	91 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos do banco.

O Grupo recebeu com essa operação uma comissão no montante de R$ 14.960 referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024 (R$12.911 durante o mesmo período de 2023). No exercício findo de 31 de dezembro 2024 a taxa de desconto ficou entre 1,57% a.m. a 1,97% a.m. (ante 1,23% a.m. a 1,89% a.m. durante o mesmo período de 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve antecipação pelos fornecedores diretamente com o Grupo e não houve receita registrada como receita financeira (durante o mesmo período de 2023 foram antecipados R$43.361 e a receita reconhecida foi de R$329).

23. Empréstimos e debêntures

23.1. Política contábil material

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo relativos aos empréstimos. Os juros pagos de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento são apresentados como atividade de financiamento no fluxo de caixa.

23.2. Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado)

		Condições contratadas			Movimentação no ano						Vencimento			
Descrições	**Nota**	**Taxas a.a.**	**Emissão**	**Valor**	**31 de dezembro de 2023**	**Adições**	**Pagamento de principal**	**Pagamento dos juros**	**Despesa com Juros, Amortização e var cambial**	**31 de dezembro de 2024**	**2.025**	**2.026**	**2.027**	**2028**
Em moeda nacional														
CCB	(a)	100% CDI+ 2,79%	30/06/2020	**350.000**	**63.746**	-	(60.000)	(7.234)	3.488	**-**	-	-	-	-
Debêntures 1ª Emissão série única	(b)	100% CDI+ 2,15%	20/05/2021	**500.000**	**507.519**	-	(365.720)	(44.050)	38.429	**136.178**	136.178	-	-	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 1ª emissão	(c)	100% CDI + 2,45%	18/03/2022	**250.000**	**259.947**	-	-	(33.624)	32.939	**259.262**	9.262	125.000	125.000	-
Debêntures 2ª Emissão 1ª série	(d)	100% CDI + 2,10%	08/04/2022	**247.500**	**251.749**	-	(62.413)	(29.666)	28.400	**188.070**	188.070	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	(d)	100% CDI + 2,40%	08/04/2022	**352.500**	**358.685**	-	(297.691)	(35.565)	30.283	**55.712**	14.717	13.590	13.702	13.703
Notas Comerciais escriturais – série única, 2ª emissão	(e)	100% CDI+ 2,10%	25/04/2023	**50.000**	**51.193**	-	(50.000)	(3.289)	2.096	**-**	-	-	-	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 3ª emissão	(f)	100% CDI+ 2,70%	22/05/2023	**200.000**	**202.560**	-	(119.600)	(22.353)	20.890	**81.497**	81.497	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	(g)	100% CDI + 1,80%	15/07/2024	**495.963**	**-**	495.963	-	-	25.606	**521.569**	25.606	-	495.963	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 4ª emissão	(h)	100% CDI + 1,50%	27/09/2024	**70.000**	**-**	70.000	-	-	2.137	**72.137**	2.137	70.000	-	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 5ª emissão	(i)	100% CDI + 1,40%	05/11/2024	**80.000**	**-**	80.000	-	-	1.336	**81.336**	1.336	80.000	-	-
(-) Custo de transação a apropriar					**(7.545)**	-	-	-	(1.999)	**(9.544)**	(4.411)	(3.337)	(1.770)	(26)
Total moeda nacional					**1.687.854**	**645.963**	**(955.424)**	**(175.781)**	**183.605**	**1.386.217**	**454.392**	**285.253**	**632.895**	**13.677**
Em moeda estrangeira														
Capital de giro - modalidade 4.131	(i)	USD + 5,35 %	04/09/2024	**USD 17.769**	**-**	100.000	-	-	11.796	**111.796**	2.149	109.647	-	-
Total moeda estrangeira					**-**	**100.000**	**-**	**-**	**11.796**	**111.796**	**2.149**	**109.647**	**-**	**-**
Total					**1.687.854**	**745.963**	**(955.424)**	**(175.781)**	**195.401**	**1.498.013**	**456.541**	**394.900**	**632.895**	**13.677**
Passivo circulante					**511.427**					**456.541**	**456.541**	**-**	**-**	-
Passivo não circulante					**1.176.427**					**1.041.472**	-	**394.900**	**632.895**	**13.677**
Swap – capital de giro		100% CDI + 1,40%			**-**	-	-	-	-	**(6.551)**	-	(6.551)	-	-

(a) Cédulas de crédito bancário (CCBs): Em 30 de junho de 2020 a Companhia emitiu duas CCBs, uma no valor de R$ 230.000, que foi liquidada em dezembro de 2022 e outra CCB no valor de R$ 120.000 que foi liquidada em julho de 2024.

(b) Debêntures 1ª emissão séria única: 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (CVM" n° 476). Os custos incorridos com a 1ª emissão de debêntures, totalizaram R$ 3.619 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.078 (2023: R$ 905).

(c) Notas comerciais escriturais 1ª emissão série única: 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, e da Instrução CVM 476. Os custos incorridos totalizaram R$ 1.528 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 306 (2023: R$306).

(d) Debêntures 2ª emissão 2 séries: 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia. Os custos incorridos totalizaram R$4.521 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.357 (2023: R$963).

(e) Notas comerciais escriturais 2ª emissão série única: 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da lei 14.195 e da resolução CVM nº 160.Os custos incorridos totalizaram R$536 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 134 (2023: R$ 402).

(f) Notas comerciais escriturais 3ª emissão série única: 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195 da resolução da CVM nº 160. Os custos incorridos totalizaram R$ 3.331 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.665 (2023: R$ 1.110)

(g) Debêntures 3ª emissão séria única: 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1,00 no montante total de R$ 495.963. Os custos totalizaram R$ 8.274 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.141.

Para a 3ª emissão de debêntures a Companhia realizou uma "*exchange*" da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) emissões conforme abaixo:

I. Em 01 de agosto de 2024, 231.440 debêntures simples da 1ª (primeira) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1,00 foram baixadas, assim a 1ª (primeira) emissão de debêntures passou a configurar com as seguintes quantidades e valores: 268.560 debêntures simples, perfazendo o montante total de R$ 134.280.

II. Em 02 de agosto de 2024, 62.413 debêntures simples da 2ª (segunda) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R$ 1,00 foram baixadas e em 05 de agosto de 2024, 297.691 debêntures simples da 2ª (segunda) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R$ 1,00 foram baixadas, assim a 2ª (segunda) emissão de debêntures passou a configurar com as seguintes quantidades e valores: 239.896 debêntures simples, perfazendo o montante total de R$ 239.896, sendo R$ 185.087 Debênture de Primeira Série e R$ 54.809 Debênture de Segunda Série. A data de vencimento das parcelas e a remuneração de juros remanescentes da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia permanecem os mesmos.

(h) Notas comerciais escriturais 4ª emissão série única: 4ª (quarta) emissão de notas comerciais não escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021.

(i) Captação modalidade 4.131 no montante de US$17.769, com taxas de juros pré-fixada em 5,35% ao ano, protegidas pela operação de Swap (Instrumentos derivativos) para reais com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,40% ao ano, com prazo de liquidação previsto para 04 de setembro de 2026.

(j) Notas comerciais escriturais 5ª emissão série única: 5ª (quinta) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Lei 14.195 e da Resolução CVM 160. Os custos incorridos totalizaram R$440 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$35.

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte do Grupo.

23.3. Movimentação dos empréstimos e debêntures

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial		**1.687.854**	**1.987.375**	**1.687.854**	**2.150.832**
(+) Novos empréstimos/debêntures		**745.963**	250.000	**745.963**	381.372
(-) Custo de captação		**(8.721)**	(4.183)	**(8.721)**	(4.983)
(-) Juros repassado e a repassar	(a)	**-**	-	**-**	(1.899)
(-) Pagamento de principal		**(955.424)**	(452.500)	**(955.424)**	(745.429)
(-) Pagamento dos juros		**(175.781)**	(352.648)	**(175.781)**	(352.648)
Total efeito caixa		**(393.963)**	**(559.331)**	**(393.963)**	**(723.587)**
(+) Juros		**187.753**	255.421	**187.753**	255.421
(+) Amortização dos custos		**6.723**	4.389	**6.723**	5.188
(+/-) Variação Cambial		**9.647**	-	**9.647**	-
Total sem efeito caixa		**204.123**	**259.810**	**204.123**	**260.609**
Saldo final		**1.498.013**	1.687.854	**1.498.013**	1.687.854

(a) Refere-se à operação de cláusula mandato que foi liquidada em 02 de maio de 2023.

23.4. Cláusulas contratuais restritivas "*covenants*"

Os contratos de financiamento e debêntures contêm cláusulas restritivas usuais, que podem resultar em vencimento antecipado caso não sejam cumpridas.

Com base nas cláusulas vigentes, o Grupo deve atender a certos *covenants* financeiros e não financeiros. Os *covenants* financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro, incluem os seguintes principais indicadores:

I. **Dívida Liquida / EBITDA Ajustado:** Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

Os "*covenants*" não financeiros são, substancialmente:

I. **Publicação das Demonstrações Contábeis:** A Emissora deve publicar e manter disponíveis suas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

II. **Sentença Condenatória:** É vedada a existência de sentença condenatória que envolva atos de discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da prostituição ou crimes contra o meio ambiente.

O Grupo monitora periodicamente os indicadores que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade do Grupo de conduzir seus negócios até o momento. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpria com todas as cláusulas de *covenants*.

24. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Salários a pagar	**41.345**	35.039	**41.523**	35.227
Incentivo de curto prazo	**107.633**	77.601	**109.483**	77.601
Encargos sociais	**59.441**	53.152	**59.789**	53.525
Férias a pagar	**88.671**	83.046	**89.341**	83.751
	297.090	248.838	**300.136**	250.104
Passivo circulante	**276.780**	230.098	**279.826**	231.364
Passivo não circulante	**20.310**	18.740	**20.310**	18.740

25. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS	**200.557**	154.009	**200.557**	154.009
PIS/ COFINS	**104.641**	61.600	**105.533**	62.323
IR/ CSLL	**61.274**	68.339	**61.993**	76.247
Outros	**22.406**	6.234	**23.205**	7.080
	388.878	290.182	**391.288**	299.659
Passivo circulante	**373.489**	277.772	**375.899**	287.249
Passivo não circulante	**15.389**	12.410	**15.389**	12.410

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

26.1. Política contábil material

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

26.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pelo Grupo.

26.2.1. Controladora

	Nota	2023 Reapresentado (*)	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2024
Tributárias	(a)	**253.499**	**(9.742)**	**(2.744)**	**11.384**	**252.397**
Trabalhistas	(b)	**31.155**	**21.525**	**(19.870)**	**2.806**	**35.616**
Cíveis	(b)	**2.888**	**8.785**	**(10.007)**	**333**	**1.999**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**287.542**	**20.568**	**(32.621)**	**14.523**	**290.012**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

26.2.2. Consolidado

	Nota	2023 Reapresentado (*)	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2024
Tributárias	(a)	**253.499**	**(9.742)**	**(2.744)**	**11.384**	**252.397**
Trabalhistas	(b)	**31.155**	**21.525**	**(19.870)**	**2.806**	**35.616**
Cíveis	(b)	**4.086**	**12.769**	**(12.149)**	**333**	**5.039**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**288.740**	**24.552**	**(34.763)**	**14.523**	**293.052**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

(a) As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS: Glosa de direito ao crédito de PIS e COFINS em: (I) insumos utilizados na atividade fim e de (II) créditos de COFINS Importação;

ICMS: Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, entre outros;

Outras Tributárias: Exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB e incidência das contribuições previdenciárias sobre as parcelas descontadas dos empregados a título de vale transporte, vale alimentação, assistência médica e odontológica.

As principais movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 se deram, substancialmente, em razão de:

I. Reversão da provisão referente aos créditos de PIS e COFINS sobre despesas com taxa de cartão de crédito, por auto regularização de suas obrigações acessórias no montante de R$ 35.414;
II. Reversão de valores relativos ao crédito de ICMS sobre encargos vinculados às operações com energia elétrica (TUST/TUSD), em razão da modulação dos efeitos no julgamento do tema 986/STJ, favorável à Companhia, no montante de R$ 30.118;
III. Reversão da provisão de ICMS, em razão da adesão ao programa de parcelamento incentivado do Estado de São Paulo, para inclusão de débitos relativos ao processo de cobrança de ICMS, em operação realizada com fornecedor declarado inidôneo, no montante de R$ 9.785;
IV. Provisão de ICMS do estado do Rio de Janeiro em decorrência de perícia desfavorável à Companhia no montante de R$ 5.862.
V. Constituição de provisão do INSS em decorrência do julgamento do Tema 1174/STJ, que firmou o entendimento pela incidência de contribuição previdenciária sobre as parcelas descontadas dos empregados, relativas ao vale-transporte, vale-refeição e alimentação e plano de assistência médica/odontológica, no montante de R$ 57.296.
Em 26 de agosto de 2024, os Ministros da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiram que a contribuição previdenciária do empregado, descontadas na folha de pagamento, assim como as parcelas relativas ao vale-transporte, vale-refeição e alimentação e plano de assistência à saúde, compõem a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal. A C&A, baseada em opiniões de seus assessores jurídicos, se creditou dessas verbas em anos anteriores.
Em face da decisão do STJ, foram opostos Embargos de Declaração em quatro dos sete leading cases do Tema 1174/STJ (REsp 2.005.029/SC, REsp 2.005.087/PR, REsp 2.027.413/PR e REsp 2.027.411), para corrigir vícios contidos no acórdão proferido pela Primeira Seção.
Em 13 de novembro de 2024, houve o julgamento dos Embargos de Declaração opostos no Leading Case com decisão desfavorável aos contribuintes, o que gerou a constituição da provisão para este tema no montante de R$ 57.296.

(b) Cíveis e trabalhistas: A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que o Grupo está sujeito), informada para cada processo pelos assessores jurídicos do Grupo. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de dezembro de 2024. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes.

26.3. Contingências não provisionadas

26.3.1. Contingências tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui o montante atualizado de R$ 513.052 (2023: R$ 379.235), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes. Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

		Controladora e Consolidado	
	Nota	2024	2023
PIS/COFINS - Glosa de créditos	(a)	**157.769**	146.647
IRPJ/CSLL e PIS/COFINS – Momento da tributação	(b)	**139.931**	-
INSS - Compensações não homologadas e outros	(c)	**42.400**	85.928
ICMS - Glosa de créditos e outros	(d)	**61.484**	47.850
PIS/COFINS - Compensações não homologadas	(e)	**62.682**	51.314
Tributos de Importação	(f)	**32.389**	32.554
IRPJ e CSLL - Compensações não homologadas		**14.086**	12.812
Outras demandas		**2.311**	2.130
		513.052	379.235

a) Glosa de créditos relativos as despesas utilizadas como insumos;
b) Incidência dos tributos sobre crédito tributário, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em favor da Companhia. Em 30 de setembro de 2024, houve a lavratura de autos de infração pela Receita Federal do Brasil, em decorrência de divergências relativas ao momento em que deve ocorrer o recolhimento dos tributos (IRPJ/CSLL e PIS/COFINS), sobre créditos tributários decorrentes da decisão judicial transitada favoravelmente à Companhia. Os tributos incidentes sobre os créditos tributários (R$ 125.906) foram devidamente registrados no resultado e passivo da Companhia de acordo com regime de competência. Apenas os valores de multa e juros (R$ 139.931) são objetos de classificação de risco. Os assessores jurídicos da Companhia classificam a discussão como "risco de perda possível";
c) Não homologação de pedidos de compensação referentes a créditos previdenciários. Em 13 de novembro de 2024, os Embargos de Declaração opostos no Leading Case do tema 1174/STJ, relativo à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os descontos de coparticipação em benefícios indiretos na folha de salário, relativos a: (i) vale transporte; (ii) vale refeição e; (iii) coparticipação em planos médicos e odontológicos, foram julgados de forma desfavorável aos contribuintes, o que gerou a constituição da provisão para este tema no montante de R$ 57.296 (nota 26.2.2.v);
d) Glosa de créditos e suposta divergências de estoque;
e) Não homologação de pedidos de compensação;
f) Tributos de Importação - Processos administrativos em que se discute a não inclusão de royalties pagos por uso de marcas licenciadas.

26.3.2. Contingências cíveis e trabalhistas

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, o Grupo informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas conforme metodologia descrita na nota 26.2.2b.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle do Grupo, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que o Grupo venha a perder.

27. Outros Passivos

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Obrigações com locatários	(a)	**54.310**	49.167	**54.310**	49.167
Crédito de clientes	(b)	**12.722**	13.217	**22.382**	16.594
Seguros a repassar		**-**	-	**9.996**	17.470
IPTU		**1.004**	220	**1.004**	220
Outros		**6.553**	1.801	**6.597**	1.845
		74.589	64.405	**94.289**	85.296
Passivo circulante		**24.033**	19.789	**43.733**	40.680
Passivo não circulante		**50.556**	44.616	**50.556**	44.616

a) Refere-se, substancialmente, a incentivos de aluguel recebidos dos locatários no valor de R$9.613 (R$ 14.103 em 2023), à provisão de R$39.941 para restaurar a loja à sua condição original (R$ 20.150 em 2023) e aos valores em discussão no montante de R$1.620 (R$ 2.259 em 2023) em ação revisional.

b) Refere-se a vales-troca e cartões-presentes válidos e ainda não utilizados pelos clientes, assim como a créditos excedentes, provenientes de pagamentos realizados a maior por clientes do cartão de crédito C&A Pay, que serão abatidos de compras futuras e/ou devolvidos aos clientes.

28. Patrimônio líquido

28.1. Política contábil material

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

28.2. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social no valor de R$ 1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (2023: 308.245.068), das quais a quantidade de ações em circulação é de 141.013.341 ações ordinárias (2023: 101.313.341).

A composição acionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada como segue:

Ano/%	COFRA Investment SARL	Incas SARL	COFRA Latin America	Administração	Tesouraria	Ações em circulação
2024	80.363.049	80.939.166	17.121	2.288.265	3.624.126	141.013.341
%	26,07%	26,25%	0,01%	0,74%	1,18%	45,75%
2023	100.363.049	100.939.166	17.121	2.288.265	3.324.126	101.313.341
%	32,56%	32,75%	0,01%	0,74%	1,08%	32,86%

Total 2024: 308.245.068

Total 2023: 308.245.068

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

28.3. Ações em tesouraria

Em 12 de novembro de 2021, foi comunicado ao mercado a aprovação, em Reunião do Conselho da Administração (RCA), do Programa de Recompra de ações, com duração de 18 meses, iniciando na data desse comunicado e terminando em 11 de maio de 2023. Em RCA de 11 de maio de 2023 foi comunicado o encerramento do Programa.

Em 18 de abril de 2024, foi comunicado ao mercado a aprovação, em Reunião do Conselho da Administração (RCA), do Programa de Recompra de ações, com duração de 18 meses, iniciando-se em 19 de abril de 2024 e terminando em 18 de outubro de 2025 com vistas a atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito dos planos de compra de opções vigentes e aprovados em Assembleia Geral realizadas em 2 de outubro de 2019 e 28 de abril de 2023.

Em março de 2024 a companhia destinou para os participantes no âmbito de planos de incentivos baseados em ações, sem redução do capital social a quantidade de 2.026.375 ações em tesouraria, a um custo médio de R$ 3,21 por ação, totalizando um montante de R$6.497.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.969.900	3,44	6.778	4.511
Recompra de ações	680.600	2,53	1.720	1.720
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.650.500	3,21	8.498	20.753
Entrega das ações Plano 2021	(2.026.375)	3,21	(6.497)	
Recompra de ações	3.000.000	10,79	32.364	32.364
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.624.125**	**9,48**	**34.365**	**28.124**

28.4. Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10.

28.5. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual 5% serão destinados para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 87.831 (2023: R$ 65.208).

28.6. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou R$75.720 para a reserva de lucros a realizar que está condicionada a utilização dos créditos de PIS/COFINS da 2ª ação, os quais ainda estão pendentes de utilização, e por este motivo permanecem nesta reserva R$75.720 em 31 de dezembro de 2024.

28.7. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro do Grupo e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, baseado no orçamento de capital da Companhia, foram destinados R$291.293 para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2024 é de R$1.238.905.

28.8. Reserva para incentivos fiscais

O Grupo goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados R$22.117 e o saldo total da reserva para incentivos fiscais é de R$36.677 (2023: R$ 14.560).

28.9. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 34.

29. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar (JSCP)

29.1. Política contábil material

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022.

29.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	Nota	2024
Lucro líquido do exercício		**452.477**
(-) Reserva legal		**(22.623)**
(-) Reserva de incentivos fiscais		**(22.117)**
Base de cálculo dos dividendos		**407.737**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		**101.934**
Distribuição dividendos e JSCP		
Distribuição JSCP	(a)	**105.000**
(-) IRRF sobre JSCP		**(14.509)**
Dividendos	(a)	**11.443**
Total a ser distribuído		**101.934**

(a) Considera valor de R$53.035 referente ao JSCP e dividendos com partes relacionadas.

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio é de R$35.700 e foi reconhecido na demonstração de resultado. (nota 15.4)

30. Receita líquida

30.1. Política contábil material

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também deve ser satisfeito antes de haver reconhecimento de receita:

30.1.1. Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

Quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis, o Grupo reconhece uma receita. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados.

30.1.2. Prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões.

30.1.3. Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros – parceria Bradescard

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação do Grupo, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

30.1.4. Receitas com produtos financeiros

Representa os juros das vendas parceladas e juros de atraso da carteira originada na SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("SCD") e cedida ao FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório. Em conformidade com o regime de competência, as receitas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem na medida em que seja provável o seu

recebimento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia e está registrada como receita com produtos financeiros. O impacto que a cessão de recebíveis entre as empresas do Grupo gera no resultado, devido às cessões com ágio ou deságio, são eliminados no resultado consolidado.

30.2. Composição da receita líquida

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Venda de mercadorias		**9.982.943**	8.834.284	**9.982.051**	8.820.276
Cancelamentos, trocas e vouchers		**(496.802)**	(501.109)	**(496.802)**	(501.109)
Impostos sobre vendas de mercadorias		**(2.326.562)**	(1.982.467)	**(2.326.562)**	(1.982.467)
Receita líquida com venda de mercadorias		**7.159.579**	6.350.708	**7.158.687**	6.336.700
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros	(a)	**165.571**	152.151	**504.402**	415.621
Impostos sobre comissões e serviços		**(20.833)**	(21.659)	**(26.549)**	(33.004)
Receita líquida com prestação de serviços		**144.738**	130.492	**477.852**	382.617
		7.304.317	6.481.200	**7.636.539**	6.719.317

(a) A partir de maio de 2023, as operações com característica de financiamento do C&A Pay até então sustentadas pela cláusula mandato junto à instituição financeira parceira, foram migradas para a SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("SCD"). A carteira originada na SCD por sua vez, é cedida, no dia seguinte à sua originação, a um FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório, o qual registra juros das vendas parceladas e juros de atraso.

31. Resultado por natureza

31.1. Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado (*)	2024	2023 Reapresentado (*)
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	**(3.459.741)**	(3.196.478)	**(3.459.970)**	(3.197.049)
Gerais e administrativas	**(885.982)**	(783.190)	**(887.313)**	(785.479)
Vendas	**(2.324.746)**	(2.102.493)	**(2.355.001)**	(2.180.332)
Perdas em créditos, liquidas	**-**	-	**(202.442)**	(223.878)
Outras receitas operacionais, líquidas	**77.613**	66.362	**77.432**	66.106
	(6.592.856)	(6.015.799)	**(6.827.294)**	(6.320.632)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

31.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Pessoal	**(396.127)**	(323.540)	**(397.214)**	(325.355)
Material/serviços de terceiros	**(190.039)**	(151.371)	**(190.189)**	(151.660)
Depreciação e amortização	**(214.172)**	(224.490)	**(214.257)**	(224.582)
Depreciação direito de uso	**(24.497)**	(29.214)	**(24.497)**	(29.214)
Ocupação	**(7.024)**	(9.392)	**(7.024)**	(9.392)
Outros	**(54.123)**	(45.183)	**(54.132)**	(45.276)
	(885.982)	(783.190)	**(887.313)**	(785.479)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

31.3. Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Pessoal	**(728.992)**	(692.063)	**(740.838)**	(714.521)
Material/serviços de terceiros	**(363.822)**	(314.152)	**(408.300)**	(358.939)
Depreciação direito de uso	**(301.913)**	(317.794)	**(301.913)**	(317.794)
Depreciação e amortização	**(134.870)**	(143.073)	**(134.870)**	(143.073)
Ocupação	**(376.434)**	(342.463)	**(376.434)**	(342.463)
Publicidade e Promoção	**(179.647)**	(106.710)	**(179.647)**	(106.739)
Outros	**(239.068)**	(186.238)	**(212.999)**	(196.803)
	(2.324.746)	(2.102.493)	**(2.355.001)**	(2.180.332)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

31.4. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Baixa de ativos e encerramento de lojas/CDs	(a)	**(29.010)**	201	**(29.196)**	156
Créditos e despesas tributárias	(b)	**116.421**	72.361	**116.421**	72.361
Reversão (provisão) contingências tributárias	(c)	**6.204**	10.536	**6.204**	10.536
Outros		**(16.002)**	(16.736)	**(15.997)**	(16.947)
		77.613	66.362	**77.432**	66.106

(a) Contempla baixa de ativos, descontinuidade de linhas de negócios, multas contratuais e rescisões trabalhistas;
(b) A recuperação de créditos tributários está demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R$62.880 (2023: R$ 31.679), crédito referente a exclusão do ICMS_ST da base PIS/COFINS no montante de R$51.326, créditos previdenciários no montante de R$2.488 (2023: R$ 12.171) e outros créditos de menor valor;
(c) Em 2024, refere-se, substancialmente, a estorno de provisões sobre créditos de PIS e COFINS no montante de R$35.414 e estorno de provisão sobre encargos vinculados a operação de energia (TUST/TUSD) no montante de R$30.111, previamente reconhecidos no resultado e adição de provisão referente a casos previdenciários no montante de R$47.908.

32. Resultado financeiro

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023 Reapresentado (*)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 Reapresentado (*)
Variação Cambial					
Empréstimos		**(3.096)**	-	**(3.096)**	-
Compras		**(10.185)**	1.980	**(10.185)**	1.980
		(13.281)	**1.980**	**(13.281)**	**1.980**
Receitas Financeiras					
Atualização monetária sobre créditos tributários	(a)	**164.046**	85.300	**164.177**	82.023
Juros sobre aplicação financeira		**75.373**	87.057	**84.428**	104.992
Receita financeira de fornecedores		**14.958**	11.687	**14.958**	11.687
Outras receitas financeiras		**4**	43	**4**	43
		254.381	184.087	**263.567**	198.745
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos		**(187.753)**	(255.421)	**(187.753)**	(255.421)
Juros sobre arrendamento		**(170.913)**	(178.208)	**(170.913)**	(178.208)
Despesa financeira de fornecedores – AVP		**(95.928)**	(116.293)	**(95.928)**	(116.293)
Juros com fornecedor Bradescard		**(69.160)**	(70.570)	**(69.160)**	(70.570)
Atualização monetária sobre impostos e contingências		**(21.657)**	(22.151)	**(21.657)**	(22.164)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 8.3)		**(44.720)**	(47.468)	**-**	(4.110)
Outras despesas financeiras		**(9.590)**	(6.638)	**(9.633)**	(7.799)
		(599.721)	(696.749)	**(555.044)**	(654.565)
Resultado FIDC C&A Pay	(b)	**106.753**	(4.648)	**-**	**-**
Receita financeiras com títulos e valores mobiliários		**-**	-	**8.432**	7.068
Resultado financeiro líquido		**(251.868)**	(515.330)	**(296.326)**	(446.772)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

(a) Em dezembro de 2024, as receitas com juros contemplam o valor de R$ 162.721 (2023: R$ 87.621) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R$ 7.566 (2023: R$ 3.154) vide nota 12.2.1.

(b) A partir de maio de 2023 iniciou-se a operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas. Esse fundo adquire e administra os recebíveis gerados pelo cartão *"private label"* C&A Pay. O resultado do Fundo é apurado pelas receitas e despesas dessa operação, contabilizadas de acordo com as normas do CPC/IFRS (*International Financial Reporting Standard*).

33. Informações por segmentos

A Administração do Grupo definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros. As principais características para cada uma das divisões são as seguintes:

I. Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios e celulares, tanto em lojas físicas e quanto por meio do e-commerce.;

II. Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias relacionadas ao cartão C&A Pay.

			Serviços Financeiros				
	Nota	**Varejo**	**Parceria Bradescard**	**C&A Pay**	**Total Serviços Financeiros**	**Eliminação**	**Consolidado**
				2024			
Receita Operacional Liquida	(a)	7.195.564	50.006	440.424	490.430	(49.455)	7.636.539
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(b)	(3.459.382)	(588)	(30.549)	(31.137)	30.549	(3.459.970)
Lucro bruto		**3.736.182**	**49.418**	**409.875**	**459.293**	**(18.906)**	**4.176.569**
Vendas	(a)	(1.786.811)	(18.653)	(162.210)	(180.863)	49.456	(1.918.218)
Gerais e administrativas		(631.552)	(62)	(16.945)	(17.007)	-	(648.559)
Perdas em Créditos, líquidas		-	-	(202.442)	(202.442)	-	(202.442)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		77.614	-	(182)	(182)	-	77.432
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)		**1.395.433**	**30.703**	**28.096**	**58.799**	**30.550**	**1.484.782**
Depreciação e amortização		(663.704)	(2.131)	(9.702)	(11.833)		(675.537)
Resultado financeiro							(296.326)
Impostos sobre o lucro							(60.441)
Lucro líquido do exercício							**452.478**

(a) O valor eliminado de R$49.455 refere-se ao Merchant Discount Rate (MDR), que corresponde à taxa de comissionamento cobrada pela SCD C&A Pay sobre as transações realizadas pela C&A Varejo. Como essa cobrança ocorre entre as empresas do mesmo grupo, o impacto é eliminado quando da consolidação.

(b) O valor eliminado de R$30.549, refere-se ao custo *funding*, que representa a despesa incorrida pelo C&A Pay para financiar o saldo dos clientes. Esse saldo pode incluir valores em atraso, crédito rotativo ou compras com juros. A receita financeira dessa operação é reconhecida no Varejo. No resultado consolidado, tanto a despesa de *funding* quanto a receita associada à essa transação são eliminadas.

			Serviços Financeiros		Total Serviços Financeiros		
		Varejo	**Parceria Bradescard**	**C&A Pay**		**Eliminação**	**Consolidado** Reapresentado (*)
					2023		
Receita Operacional Liquida		6.362.724	25.013	339.261	364.274	(7.681)	6.719.317
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados		(3.195.966)	(1.083)	-	(1.083)	-	(3.197.049)
Lucro bruto		**3.166.758**	**23.930**	**339.261**	**363.191**	**(7.681)**	**3.522.268**
Vendas	(*)	(1.537.571)	(42.507)	(147.068)	(189.575)	7.681	(1.719.465)
Gerais e administrativas	(*)	(511.009)	(213)	(20.460)	(20.673)	-	(531.682)
Perdas em Créditos, líquidas		-	-	(223.878)	(223.878)	-	(223.878)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		66.362	-	(256)	(256)	-	66.106
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)		**1.184.540**	**(18.790)**	**(52.401)**	**(71.191)**	**-**	**1.113.349**
Depreciação e amortização	(*)	(699.125)	(1.627)	(13.911)	(15.538)	-	(714.663)
Resultado financeiro	(*)						(446.772)
Impostos sobre o lucro	(*)						41.267
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	(*)						**(6.820)**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

34. Instrumentos financeiros e riscos

34.1. Instrumentos financeiros - Política contábil material

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros.

34.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. No Grupo estão classificados em:

I.Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos

II.Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de *swap* que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira.

III.Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários (LFTs) mantidas como disponíveis para venda. O Grupo adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

34.1.2. Instrumentos financeiros derivativos - Hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Isso ocorre em dois momentos: na nacionalização da mercadoria e na liquidação dos instrumentos financeiros. Nesses momentos, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo e no resultado financeiro, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Categoria dos instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os instrumentos financeiros foram detalhadamente resumidos e classificados da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.262.270	1.130.245	1.403.225	1.155.588
Contas a receber	1.076.795	1.054.865	1.862.821	1.778.456
Depósitos judiciais	144.935	151.392	144.940	151.418
Subtotal	**2.484.000**	2.336.502	**3.410.986**	3.085.462
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	169.310	107.604
FIDC C&A Pay	854.604	791.352	-	-
Derivativos	6.551		6.551	
Subtotal	**861.155**	791.352	**175.861**	107.604
Valor justo por meio outros resultados abrangentes				
Aplicações financeiras	-	-	-	83.983
Derivativos	18.255	721	18.255	721
Subtotal	**18.255**	721	**18.255**	84.704
Total dos ativos	**3.363.410**	3.128.575	**3.605.102**	3.277.770

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Arrendamento mercantil	(1.826.876)	(1.944.512)	(1.826.876)	(1.944.512)
Fornecedores	(2.227.618)	(2.168.795)	(2.239.504)	(2.176.933)
Empréstimos e debêntures	(1.498.013)	(1.687.854)	(1.498.013)	(1.687.854)
Subtotal	**(5.552.507)**	(5.801.161)	**(5.564.393)**	(5.809.299)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes				
Derivativos	(319)	(1.392)	(319)	(1.392)
Subtotal	**(319)**	(1.392)	**(319)**	(1.392)
Total dos passivos	**(5.552.826)**	(5.802.553)	**(5.564.712)**	(5.810.691)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi avaliado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos.

34.2. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira do Grupo.

34.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes e de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

34.2.1.1. Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de mudanças nas taxas de juros, o que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

O Grupo busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% das operações estão no mercado de créditos e capitais, predominantemente em instrumentos de renda fixa e indexados ao CDI. O

Grupo também está exposto ao CDI na operação a pagar ao Bradescard referente à compra do balcão e na operação de *Swap* relacionado aos empréstimos em dólar.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para a próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 31 de dezembro de 2024 (CDI anualizado 14,70%).

				Controladora				
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
	Risco	**Saldo em 2024**	**Taxa**	**Cenário provável**	**Cenário possível + 25%**	**Cenário remoto + 50%**	**Cenário possível - 25%**	**Cenário remoto - 50%**
Aplicações financeiras	Baixa CDI	1.233.023	CDI	173.179	216.474	259.769	129.884	86.589
Empréstimos, debêntures e Swap	Alta CDI	(1.491.463)	CDI	(219.245)	(274.055)	(328.868)	(164.434)	(109.623)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(608.563)	CDI	(89.459)	(111.824)	(134.189)	(67.094)	(44.729)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		**(867.003)**		**(135.525)**	(169.405)	(203.288)	(101.644)	(67.763)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(89.446)**	**(111.807)**	**(134.170)**	(67.085)	(44.724)

				Consolidado				
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
	Risco	**Saldo em 2024**	**Taxa**	**Cenário provável**	**Cenário possível + 25%**	**Cenário remoto + 50%**	**Cenário possível - 25%**	**Cenário remoto - 50%**
Aplicações financeiras	Baixa CDI	1.420.879	CDI	199.292	249.115	298.938	149.469	99.646
Empréstimos, debêntures e Swap	Alta CDI	(1.491.463)	CDI	(219.245)	(274.056)	(328.868)	(164.434)	(109.622)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(608.563)	CDI	(89.459)	(111.824)	(134.189)	(67.094)	(44.729)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		**(679.147)**		**(109.412)**	**(136.765)**	**(164.119)**	**(82.059)**	**(54.705)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(72.212)**	**(90.265)**	**(108.319)**	**(54.159)**	**(36.105)**

A receita financeira, demonstrada líquida de PIS e COFINS (4,65%), para aplicação financeira, considera-se um rendimento médio de 100,23% do CDI (2023: 100,43%) para a controladora e 100,10% (2023: 100,36%) do CDI no consolidado.

34.2.1.2. Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias e de empréstimos contratados no exterior denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração do Grupo e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

I. **Empréstimos:** O Grupo captou empréstimos em moeda estrangeira acrescidos de juros pré-fixados. As despesas com juros e variação cambial são lançadas em contrapartida à conta de "Receitas e despesas financeiras". O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira foi mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi "trocada", conforme demonstrado abaixo:

Moeda	Valor	R$	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Dólar	17.689	100.000	USD + 5,35%	CDI + 1,40%

II. **Importação de mercadoria:** O Grupo se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDF's) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido.
No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais o Grupo não está protegido. O Grupo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.
A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 30 de dezembro de 2024. A estimação dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

		Risco	Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenários: Cenário Provável USD 1 = R$ 5,96	Cenário Possível +25% USD 1 = R$ 7,45	Cenário Remoto + 50% USD 1 = R$ 8,94
Objeto de hedge	. Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(71.695)	16.655	(90.171)	(196.997)
	. Pagamento de mercadorias importadas		(3.464)	805	(4.357)	(9.518)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	40.203	(9.339)	50.563	110.466
	Exposição líquida de pedidos de importação		**(34.956)**	**8.121**	**(43.965)**	**(96.049)**
	Impostos não recuperáveis **(36%)**		(25.810)	5.996	(32.462)	(70.919)
	Exposição líquida total		**(60.766)**	**14.117**	**(76.427)**	**(166.968)**
Objeto de hedge	Captação 4.131	Alta do dólar	17.769	(4.128)	22.348	48.824
Instrumento de Hedge	Swap cambial	Baixa do dólar	(17.769)	4.128	(22.348)	(48.824)
	Exposição liquida					
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		**(40.106)**	**9.317**	**(50.442)**	**(110.199)**

USD em 31/12/2024 = R$6,1923

Instrumentos financeiros derivativos - Designados para *hedge accounting*

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial do Grupo. Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2024 dos contratos a termo (*non-deliverable forward* – NDF) para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nocional) – USD	Valor a receber (pagar)
NDF	jan/2025	10.217	5.460
NDF	fev/2025	6.668	3.447
NDF	mar/2025	7.436	4.766
NDF	abr/2025	8.504	2.177
NDF	mai/2025	4.228	1.743
NDF	jun/2025	3.150	343
Total NDF		**40.203**	**17.936**
Ativo circulante			**18.255**
Passivo circulante			**(319)**

Instrumentos financeiros derivativos - Não designados para *hedge accounting*

O Grupo administra as suas exposições relacionadas aos empréstimos em dólar por meio da contratação de *Swap*. Essa operação não está designada para *hedge accounting* e é contabilizada a valor justo por meio de resultado.

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nocional) – USD	Valor a receber (pagar)
Swap Cambial	set/2026	17.689	6.551
Total Swap Cambial		**17.689**	**6.551**

34.2.2. Risco de crédito

I. **Caixa e equivalentes de caixa**: De acordo com a política do Grupo, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

II. **Recebíveis:** Em dezembro de 2021 houve o lançamento do cartão C&A Pay o qual foi operado pela controlada Orion até abril de 2023. A partir de maio de 2023 essa operação passou a ser responsabilidade da controlada SCD – C&A Pay. Na operação atual, a SCD cede os recebíveis ao FIDC – C&A Pay , o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 8.3).

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.

Essas estimativas e metodologias poderão ser revisadas para adequar os níveis de estimativa de perda de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

O risco de crédito das demais operações do Grupo é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para o Grupo apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada a 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

34.2.3. Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

I. Se precaver em momentos de incerteza;
II. Garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão; e
III. Garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

O Grupo investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). O Grupo também investe em LFTs (Nota 7) que podem ou não ser mantidos até o vencimento. O que é mantido até o vencimento está registrado ao custo amortizado e o que é disponível para venda está a valor justo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados do Grupo:

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	**352.734**	**1.014.787**	**459.355**	**1.826.876**
Empréstimos	**456.541**	**1.041.472**	**-**	**1.498.013**
Fornecedores	**1.889.243**	**218**	**-**	**1.889.461**
Obrigações do risco sacado	**350.043**	**-**	**-**	**350.043**
Total	**3.048.561**	**2.056.477**	**459.355**	**5.564.393**

34.3. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

O Grupo administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos.

Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento	**2024**	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	1.498.013	1.687.854	1.498.013	1.687.854
Caixa e equivalentes de caixa	(1.262.270)	(1.130.245)	(1.403.225)	(1.155.588)
Aplicações financeiras	-	-	(169.310)	(191.587)
Dívida (caixa) líquida	**235.743**	**557.609**	**(74.522)**	**340.679**
Participação de acionistas não controladores	-	-	**4**	3
Total do patrimônio líquido	**3.308.484**	**2.991.072**	**3.308.488**	**2.991.075**
Índice de alavancagem financeira	**7%**	**19%**	**-2%**	**11%**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R$ 1.826.876 (2023: R$ 1.944.512). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 62%, como segue:

	Controladora		Consolidado	
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento	**2024**	**2023** Reapresentado (*)	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Dívida (caixa) líquida	235.743	557.609	(74.522)	340.679
Passivo de arrendamento	1.826.876	1.944.512	1.826.876	1.944.512
Dívida líquida ajustada	**2.062.619**	**2.502.121**	**1.752.354**	**2.285.191**
Total do patrimônio líquido	**3.308.484**	**2.991.072**	**3.308.488**	**2.991.075**
Índice de alavancagem financeira	**62%**	**84%**	**53%**	**76%**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

34.4. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado do Grupo

	31 de dezembro de 2023 Reapresentado (*)	**Fluxos de caixa**	**Juros Incorridos**	**Remensuração passivo arrendamento**	**Outros**	**31 de dezembro de 2024**
Arrendamentos	**1.944.512**	(384.165)	120.221	58.131	88.177	1.826.876
Empréstimos e debêntures	**1.687.854**	(394.687)	187.753	-	17.093	1.498.013
Total	**3.632.366**	**(778.852)**	**307.974**	**58.131**	**105.270**	**3.324.889**

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

O valor divulgado como remensuração do passivo de arrendamento refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel. Em "outros", trata-se, principalmente, da variação cambial do empréstimo em moeda estrangeira no valor de R$9.647 e, aos arrendamentos incluindo contratos novos, encerrados e renovados.

35. Seguros contratados

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil, transporte de mercadoria e risco cibernético. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Responsabilidade Civil	**327.619**	313.688
Patrimônio e Estoque	**538.520**	529.900
Transporte	**64.873**	66.270
Risco Cibernético	**50.000**	50.000
	981.012	959.858

36. Plano de aposentadoria

36.1. Política contábil material

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

36.2. Plano de aposentadoria

Em 2024, o Grupo contribuiu com R$ 5.309 (2023: R$ 7.130) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2024 é de 3.652 participantes (2023: 4.500), tendo 205 participantes assistidos (2023: 192).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R$1.114 (2023: R$ 303).

37.Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro/(prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro/(prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Resultado básico por ação	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Lucro líquido do exercício	**452.478**	(6.820)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	**304.920.942**	305.594.568
Lucro básico por ação - R$	**1,4839**	(0,0223)

Resultado diluído por ação	**2024**	**2023** Reapresentado (*)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**452.478**	(6.820)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**304.920.942**	305.594.568
Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	**3.254.952**	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	**308.175.894**	305.594.568
Lucro diluído por ação - R$	**1,4682**	(0,0223)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 10.

Em 31 de dezembro de 2024, o plano de remuneração baseado em ações proporcionou diluição. Em 31 de dezembro de 2023 o plano de remuneração baseado em ações proporcionaria um efeito anti-dilutivo, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado.

38. Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa foram:

I. a aquisição de bens do ativo imobilizado no valor de R$ 67.911 (2023: R$7.040);
II. a aquisição de intangível no valor de R$ 758 (2023: R$ 13.580); e
III. reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos foram no montante de R$109.321 (2023: R$ 132.643), remensurações de R$107.303 (2023: R$135.513) e contratos encerrados no montante de R$10.934 (2023: R$ 2.581).

	Controladora e Consolidado	
	2024	**2023**
		Reapresentado (*)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(67.911)	7.040
Aquisição de intangível	(758)	13.580
Contratos novos de direito de uso	109.321	132.643
Contratos novos passivo de arrendamento	(109.321)	(132.643)
Remensuração de contratos de direito de uso	107.303	135.513
Remensuração de passivo de arrendamento	(107.303)	(135.513)
Contratos de arrendamento encerrados	(14.730)	(2.581)

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

39. Eventos subsequentes

39.1. Recompra ações

A Administração, em reunião realizada em 13 de janeiro de 2025, aprovou a criação de um novo programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia. O objetivo desse novo plano de recompra é adquirir ações da Companhia para atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito dos planos de opções vigentes. A Companhia poderá adquirir até 5.000.000 de ações, com prazo para realização das operações de até 18 meses, iniciando-se em 13 de janeiro de 2025 e terminando em 13 de julho de 2026. O programa anterior, aprovado em 18 de abril de 2024, foi encerrado em 13 de janeiro de 2025.

Durante os meses de janeiro de 2025 e fevereiro de 2025 a Companhia recomprou 4.163.800 ações a um preço médio de R$8,65/ação, totalizando R$36.018.